

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

Moeda e Política Monetária



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerência de Produção de Conteúdo: Magno Coimbra

Coordenadora Pedagógica: Élica Lopes

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

230801134239



DAISY ASSMANN

Economista pela UnB, mestre e doutora em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Aprovada em vários concursos, dentre eles, na Defensoria Pública da União em 2012, onde atua exercendo a função de coordenadora de planejamento e acompanhamento financeiro.

GRAN
CONCURSOS

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para DAVI DOS SANTOS JULIAO - 47473563807, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

SUMÁRIO

Apresentação	4
Moeda e Política Monetária	5
1. Moeda.	5
2. Política Monetária e Fiscal.	13
3. Estabilização, Crescimento e Redistribuição	15
4. Quantitative Easing	16
5. Taxa Selic e Operações Compromissadas	17
6. O Debate sobre os Depósitos Remunerados dos Bancos Comerciais no Banco Central do Brasil	19
Resumo	24
Questões de Concurso.	29
Gabarito	45
Gabarito Comentado.	46
Referências	91

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro concursado!



Tudo bem? E os estudos? Progredindo? O importante é não parar. A constância é o maior desafio e o melhor aliado de todo concurseiro. Bora lá?!



Esta aula vai cobrir os seguintes pontos do edital:

- 3 – Moeda e política monetária: Políticas monetárias convencionais e não convencionais (Quantitative Easing);
- Taxa SELIC e operações compromissadas;
- O debate sobre os depósitos remunerados dos bancos comerciais no Banco Central do Brasil.

Espero que você goste do que vamos estudar e do material a seguir. Por favor: material obrigatório! 😊 É o que você precisa saber para passar. Então, fica ligado no curso GRAN. Estou esperando as dúvidas no Fórum do aluno!

Vamos começar?



Daisy Assmann

@profadaisyassmann

MOEDA E POLÍTICA MONETÁRIA

1. MOEDA

O sistema financeiro monetário é formado pelo BACEN e os bancos comerciais, que são as instituições financeiras que criam meios de pagamento, em outras palavras, papel-moeda ou moeda escritural. Todas as outras instituições financeiras formam o sistema financeiro não monetário.

O papel do BACEN tem grande importância nesse contexto, sendo a autoridade monetária que tem a função de prestador de última instância e coordenador do sistema financeiro. Os bancos comerciais, por sua vez, são os únicos com capacidade de multiplicar os meios de pagamento.

Todo esse cenário entra no nosso primeiro assunto: a função da moeda. Em uma economia moderna em que as transações englobam compra e venda de produtos, a primeira função da moeda é ser um intermediário das trocas pois, em economias complexas, as trocas diretas de mercadorias por produtos se tornam inviáveis.

Para fins de exemplificação, é muito difícil que uma pessoa que confeccione calçados e queira comprar calças vá a um mercado e consiga achar alguém, naquele exato momento, que confeccione calçados e queira trocar por calças.

Geralmente, o vendedor de calçados os vende no mercado, recebe o valor daquela transição e, a partir daí, vai a outro estabelecimento a procura da calça.

Segundo Paulani e Braga (2007):

uma das principais funções da moeda é justamente a ser de meio de troca, ou, em outras palavras, a de ser exatamente aquele elemento que viabiliza a ocorrência de milhares de trocas a cada momento, porque intermedia o movimento das mercadorias, permitindo que elas troquem de mãos.

A moeda também funciona como uma unidade de conta, que é o valor de troca das mercadorias em termos de uma unidade comum, um padrão monetário.

De acordo com Paulani e Braga (2007):

uma mercadoria A tem seu valor expresso não de inúmeras formas, mas de uma única forma e, melhor ainda, a mercadoria que está servindo para a expressão do valor de A é a mesma que está servindo para expressar os valores de todas as demais. É nesse sentido que se diz que a moeda é unidade de conta.

Por fim, a moeda também pode ser uma reserva de valor. Por exemplo, o vendedor dos calçados pode ter desistido de comprar as calças e decidido manter o valor em moeda para gastar futuramente.

Portanto, a moeda possui as seguintes funções:

a) Meio de troca – moeda serve para trocar indiretamente bens e serviços. Não é mais necessário haver coincidência de desejos – escambo, além de tornar desnecessária a coincidência de desejos. Em outras palavras: o agente A consegue adquirir produtos do agente B, pagando com moeda por isso, não sendo obrigado o agente B a comprar produtos do agente A em troca.

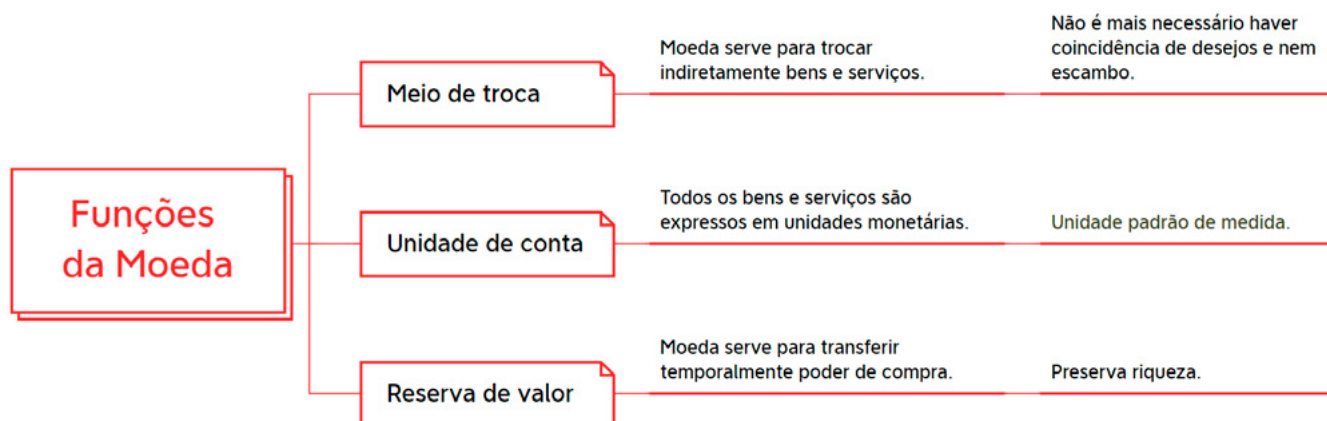
b) Unidade de conta (valor) ou numerário – todos os bens e serviços são expressos em unidades monetárias. Unidade padrão de medida.

Portanto, é por meio da unidade de conta, ou unidade de valor, que conseguimos comprar uma calça por R\$200,00 ou um suco por R\$5,00. Se não fosse pela unidade de valor, teríamos que dizer que uma calça custa 40 latas de suco, por exemplo.

c) Reserva de valor – moeda serve para transferir temporalmente poder de compra. Ou seja, a moeda consegue ser guardada para comprar coisas posteriormente, transferindo o poder de compra do presente para o futuro, preservando riqueza.

Em períodos de inflação, os agentes econômicos costumam trocar uma moeda por títulos que rendam juros e correção monetária, ou outros ativos que tendem a se valorizar, pois o custo de oportunidade de reter moeda costuma se tornar muito alto.

Atente-se para o infográfico a seguir:



Cavalcante e Rudge (2002) ainda listam mais três funções para a moeda. Sendo elas:

- Função liberatória: liquida débitos e salda as dívidas, poder garantido pelo Estado;
- Padrão de pagamentos: permite a realização de pagamentos ao longo do tempo e, assim, permite crédito e adiantamentos, viabilizando fluxos de produção e de renda;
- Instrumento de poder: instrumento de poder econômico, conduz ao poder político, permitindo manipulação na relação Estado-Sociedade.

Também é relevante apontar os tipos de moeda: moeda fiduciária e moeda escritural. Elas foram importantes inovações no processo de uso da moeda como intermediária de trocas. Sendo que:

a) Moeda fiduciária (ou manual ou corrente) – é o papel moeda emitido pela autoridade monetária do país. Portanto, é a cédula ou a moeda metálica que as pessoas usam para suas transações e que o BACEN emite.

Ela tem poder de compra e quem garante isso é o BACEN pela Fidúcia (confiança), já que não são lastreadas. A moeda fiduciária apresenta curso forçado: não se pode recusar recebê-la como meio de pagamento.

b) Moeda escritural (ou invisível – por não ter existência física) – também é conhecida como moeda bancária ou contábil. A moeda escritural é emitida pelos bancos comerciais e corresponde ao depósito à vista e a curto prazo nos bancos comerciais, além de representar a maior parcela dos meios de pagamento.

Geralmente usamos o termo mais gerais “bancos comerciais” para nos referimos a todas as instituições financeiras autorizadas a receber depósitos à vista.

Os bancos de investimento, mesmo tendo a denominação de banco, não estão inclusos no grupo de instituições financeiras autorizadas a receber depósitos à vista e, por esse motivo, não criam moeda escritural.

Outro detalhe envolvendo a moeda escritural está no fato de que os bancos comerciais têm a capacidade de multiplicar os meios de pagamento porque, a partir dos depósitos à vista que dispõem, os bancos podem fazer empréstimos que, por sua vez, terão como contrapartida novos depósitos à vista e que poderão, em momento futuro, transformar-se em novos empréstimos, e assim sucessivamente.

Como os depositantes iniciais e os beneficiários dos empréstimos têm direito ao valor monetário, no final os bancos criam mais meios de pagamento do que os depósitos à vista iniciais. Em outras palavras, no fim do processo, a quantidade de meios de pagamento torna-se significativamente maior do que o total do papel-moeda em circulação (PMC). Com isso, acontece o fenômeno da multiplicação dos meios de pagamento.

Isso é possível porque a probabilidade de todos os agentes sacarem seus recursos ao mesmo tempo é bem pequena. Assim, os bancos comerciais podem manter reservas consideravelmente menores do que a quantidade total dos depósitos.

Na verdade, o banco só deve manter reservas em papel-moeda por duas razões: o BACEN exige que os bancos comerciais tenham certo percentual de seus depósitos na forma de papel-moeda (reservas compulsórias) e porque existem algumas transações na economia que só podem ser concretizadas por papel-moeda – compra de biscoito Globo na praia, por exemplo.

Como os bancos mantêm uma quantidade de reservas bem inferior à quantidade de depósitos à vista, segue-se que eles criam “meios de pagamento”, sendo que o total de meios de pagamento (MP) de uma economia corresponde ao total de moeda que efetivamente está disponível para os agentes efetuarem seus gastos no momento presente ou guardarem para usá-los em momento futuro.

Assim, o total de MP corresponde ao somatório do papel moeda em poder público (PMPP) com os depósitos à vista do público nos bancos comerciais), sendo que o total de MP da econômica corresponde ao conceito restrito da moeda propriamente dita e o M1 na classificação dos agregados monetários.

Analisaremos com mais detalhes logo em frente, mas saiba que o público é definido como o total dos itens do sistema, menos as instituições financeiras que emitem os meios de pagamento. O papel-moeda em poder do público é definido pelo total de papel-moeda emitido (PME) subtraindo o montante de papel-moeda retido no BACEN e nos bancos comerciais, que constituem as reservas ou encaixes.

Atente-se ao infográfico a seguir:

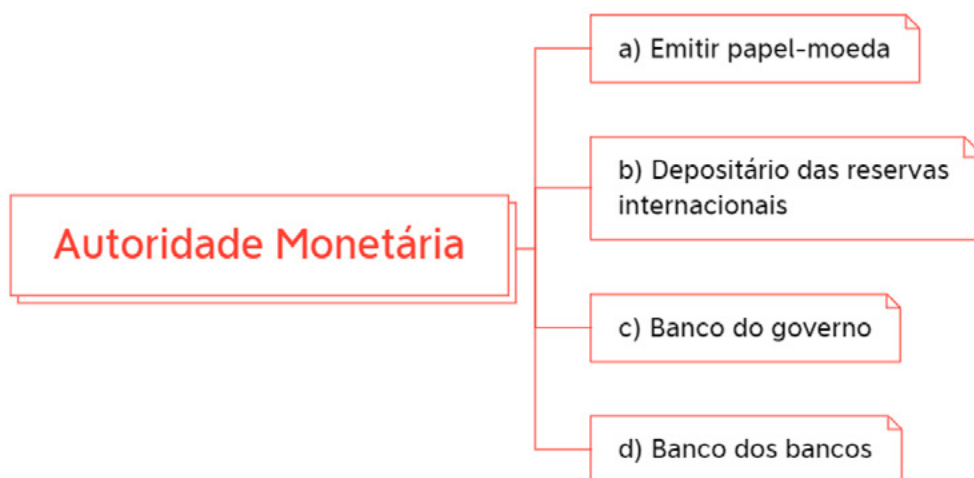
Além do gráfico acima, também podemos concluir que os bancos comerciais são instituições financeiras que são capazes de receber depósitos à vista e de realizar empréstimos. Também temos os bancos de investimento que são responsáveis pela realização dos investimentos.

Temos, também, os bancos múltiplos que são instituições financeiras que possuem a função de banco comercial e de banco de investimento ao mesmo tempo. Os bancos de fomento, por sua vez, são aqueles que recebem recursos orçamentários e que realizam empréstimos com o intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico de uma região.

A autoridade monetária, por sua vez, é uma instituição que possui, basicamente, quatro funções:

- Emitir papel-moeda;
- Depositário das reservas internacionais;
- Banco do governo;
- Banco dos bancos (aqui estamos falando banco dos bancos comerciais).

Atente-se para o infográfico a seguir:



Os bancos comerciais devem reter junto à autoridade monetária uma parte dos depósitos realizados pelos clientes bancários. Essa parcela é denominada de depósitos compulsórios.

A autoridade no Brasil é o Banco Central. Ele cumpre quatro funções principais na sociedade:

- Emissor de papel moeda;
- Banco do Tesouro Nacional;
- Banco dos bancos comerciais;
- Depositário das reservas internacionais.

É válido ressaltar que o Bacen é a autoridade monetária desde 1987. Entre 1964 e 1967, o Brasil possuía uma autoridade monetária do tipo mista, quando o Bacen compartilhava com o Banco do Brasil funções de uma autoridade monetária. Com a supressão da conta-movimento, o Banco do Brasil S/A, deixou de fazer parte das instituições caracterizadas como autoridades monetárias.

Como a autoridade monetária é responsável pela emissão de papel-moeda, ela também é responsável pela execução da política monetária do país. Para orientar a ação estabilizadora do Bacen, o Governo brasileiro adotou um sistema de metas inflacionárias que influencia e ordena as expectativas de inflação dos agentes econômicos.

Vamos aos agregados monetários propriamente dito!



Os agregados monetários são formas de classificar os tipos de moeda e os seus usos. Temos o papel-moeda emitido (PME), papel-moeda em circulação (PMC), o papel-moeda em poder do público (PMPP) e os encaixes monetários (ET).

Observe as imagens a seguir com a comparação entre a Base Monetária, Papel-Moeda em Circulação e Papel-Moeda em Poder do Público, bem como Papel-Moeda Emitido, Papel-Moeda em Circulação e Papel-Moeda em Poder do Público:

Imagem 01 – Base Monetária, Papel-Moeda em Circulação e
Papel-Moeda em Poder do Público

BASE MONETÁRIA	PAPEL MOEDA EM CIRCULAÇÃO	PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO
■ Papel-Moeda em Poder do Público	■ Papel-Moeda em Poder do Público	■ Papel-Moeda em Poder do Público
■ Caixa dos bancos comerciais	■ Caixa dos bancos comerciais	
■ Recolhimento compulsório		
■ Recolhimento voluntário		

Fonte: SAMPAIO (2022, p. 342)

Imagem 02 – Papel-Moeda Emitido, Papel-Moeda em Circulação e
Papel-Moeda em Poder do Público

PAPEL-MOEDA EMITIDO	PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO	PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO
■ Papel-Moeda em Poder do Público	■ Papel-Moeda em Poder do Público	■ Papel-Moeda em Poder do Público
■ Caixa dos bancos comerciais	■ Caixa dos bancos comerciais	
■ Caixa da autoridade monetária		

Fonte: SAMPAIO (2022, p. 342)

Vamos analisar cada um deles.



O papel-moeda emitido é toda moeda fiduciária emitida pelo Banco Central. Essa moeda pode estar nas mãos do público, no caixa dos bancos comerciais ou no caixa do Banco Central. Já o papel-moeda em circulação é a diferença entre o papel-moeda emitido menos o caixa da autoridade monetária. No Brasil, a autoridade monetária não mantém um caixa de modo que $PMC = PME - CA$ e são moeda fiduciária.

O papel-moeda em poder do público é o papel-moeda em circulação menos o caixa dos bancos comerciais. E esse caixa é composto pelos recursos disponibilizados pelos bancos com o intuito de fazer frente às necessidades de saques dos clientes dos bancos.

Os encaixes totais são a soma do caixa dos bancos comerciais, dos depósitos compulsórios e dos depósitos voluntários. Aqui tem algo importante: a soma dos depósitos compulsórios com os depósitos voluntários são as reservas bancárias. E os encaixes totais são dos bancos comerciais.

Outro ponto importante é o de que o caixa dos bancos comerciais é o papel-moeda em poder dos bancos comerciais. E os depósitos compulsórios são os recolhimentos obrigatórios junto ao Banco Central que determina um percentual de depósitos à vista que deve ser diariamente os obrigatoriamente recolhidos.

Os depósitos voluntários são os recolhimentos junto ao Banco Central para fazer frente a uma eventual posição negativa. Os encaixes totais são uma parte do que foi depositado no banco e que é retida voluntariamente junto à autoridade monetária com o objetivo de criar uma margem de segurança para atingir as metas dos compulsórios. Podemos considerar como uma parte dos recursos que depositado e que não foi emprestado.

$$ET = CAIXA DOS BANCOS COMERCIAIS + RESERVAS BANCÁRIAS$$

A base monetária (B), por sua vez, é o passivo do Banco Central que representam as obrigações monetárias (Passivo monetário) do Banco Central. Ela pode ser entendida como o dinheiro com poder de multiplicação.

$$B = PMPP + ET$$

De acordo com Blanchard (2007), o conceito de “base” vem do fato de que a oferta total de moeda depende em última análise de um montante de uma ‘base’ – o montante de moeda do BACEN na economia.

Os meios de pagamento são a liquidez do sistema bancário e se define meios de pagamento (M1) como o estoque de ativos que pode ser utilizado nas transações, ou seja, o total de ativos de liquidez imediata (M1) do setor não bancário.

Eles são representados por M ou M1 é o passivo monetário do sistema bancário (Banco Central + bancos comerciais). É o somatório do Papel-Moeda em Poder do Público (PMPP) e dos depósitos à vista (DV) do público nos bancos comerciais, nos bancos múltiplos e nas caixas econômicas.

Os meios de pagamento são a moeda fiduciária representados pelo papel-moeda mais a moeda escritural representadas pelos depósitos à vista.

$$M1 = PMPP + DVBC$$

Sendo DVBC igual a depósito à vista dos bancos comerciais.

Atente-se para o infográfico a seguir:

M1
PMPP+DVBC
PMPP+CAIXA+COMPULSÓRIO+VOLUNTÁRIO+EMPRÉSTIMOS
PMPP+CAIXA+RESERVAS BANCÁRIAS+EMPRÉSTIMOS
PMPP+ET+EMPRÉSTIMOS
BASE MONETÁRIA
PMPP+ CAIXA
PMC=PME

A partir de 2001, o BACEN reformulou o conceito de meios de pagamento, de maneira que não estão mais ordenados pelo grau de liquidez, mas sim pela natureza das instituições financeiras emissoras dos haveres. Pelo critério da liquidez, o M1 corresponde a moeda e M2, M3, M4 são o conhecido como “quase moeda”, que representam os conceitos de meios de pagamento ampliados.

Vamos identificar os conceitos atuais.

Meios de pagamento restritos:

M1 = papel moeda em poder do público + depósitos à vista

Meios de pagamento ampliados:

M2 = M1 + depósitos especiais remunerados + depósitos de poupança + títulos emitidos por instituições depositárias

M3 = M2 + quotas de fundos de renda fixa + operações compromissadas registradas no Selic

Poupança financeira:

M4 = M3 + títulos públicos de alta liquidez

Sendo que:

M1: Consolidado monetário → passivo monetário restrito do Banco Central e bancos criadores de moeda escritural

M2: Consolidado bancário menos fundos de renda fixa → passivo monetário restrito do Banco Central e passivo monetário ampliado emitidos primariamente pelas instituições depositárias

M3: Consolidado bancário → passivo monetário restrito do Banco Central e passivo monetário ampliado das instituições depositárias e fundos de renda fixa

M4: Consolidado bancário mais governos → passivo monetário ampliado do Banco Central, instituições depositárias, fundos de renda fixa e tesouros nacional, estaduais e municipais.

Observe um exemplo de meios de pagamento ampliados.

Imagem 03 – Meios de pagamento ampliados – saldos em final de período (R\$ bi)

Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados	M2	Quotas de fundos de renda fixa	Operações compromissadas com títulos federais	M3	Títulos federais (Selic)	M4
2015 Dez	334,4	659,0	1292,3	2285,7	2277,8	195,8	4759,3	795,0	5554,3
2016 Dez	347,8	669,3	1354,6	2371,7	2736,7	175,0	5283,4	861,1	6144,5
2017 Jun	314,3	676,4	1402,3	2393,0	2999,9	104,4	5497,3	849,5	6346,8

Fonte: ALÉM (p. 114)

Temos, ainda, três conceitos relevantes conforme o site do Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/NM-MeiosPagAmplp.pdf>):

Instituições depositárias: bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, sociedades de crédito,

financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias. As instituições financeiras não depositárias, como sociedades de arrendamento mercantil, corretoras e distribuidoras de títulos e de valores mobiliários, nessas definições de agregados monetários são consideradas empresas do setor produtivo.

Consolidado monetário: Banco Central, bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas. Por restrições operacionais, as cooperativas de crédito ainda não foram incluídas nesse consolidado. Consolidado bancário: consolidado monetário, outras instituições depositárias e fundos de renda fixa.

Portanto:

M1) Papel-moeda em Poder do Público + depósito à vista. M1 é o meio de pagamento que não tem juros rendidos e apresenta liquidez imediata. Ele recebe o conceito de Moeda ou de haver monetário.

M2) = M1 + depósitos de poupança + CDB (ou títulos emitidos por instituições depositárias) + depósito especial remunerado (DER).

M3) M2 + quotas de fundos de rendas fixas + operações com títulos públicos compromissadas registradas no SELIC.

M4) M3 + títulos públicos de alta liquidez. São o conceito da poupança financeira ou:

M4) M3 + carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

M2 + M3 + M4 são conceituados como “quase moeda” ou “haveres não monetários”.

Feijó e Ramos (2004) ainda dividem genericamente os ativos nos seguintes grupos:

- Ativos monetários: papel moeda – emitido pelo BACEN – e depósitos à vista, emitidos pelos bancos emissores de moeda. A soma do papel-moeda em poder público e dos depósitos à vista forma os meios de pagamentos no seu sentido restrito (M1).
- Ativos financeiros não monetários: depósitos de poupança e a prazo emitidos por bancos, e títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional, entre outros. São denominados, tradicionalmente, quase moedas, e englobam o conceito mais amplo de meios de pagamento (M2, M3 e M4).

2. POLÍTICA MONETÁRIA E FISCAL

Como os mercados não conseguem, sozinhos, resolver a questão do desemprego e da inflação, então o governo pode intervir na Economia para aumentar o grau de emprego dos recursos de forma a chegar ao pleno emprego e controlar a inflação, assegurando a estabilidade da moeda.

Sendo assim, sempre que o governo desejar alterar o comportamento dos níveis de preços e do emprego, ele agirá em sua função estabilizadora para “estabilizar a economia”.

Dentro da função estabilizadora, o objetivo do governo é influenciar a demanda agregada da economia. A Demanda Agregada representa a interação entre o consumo das famílias, o investimento público e privado, os gastos do governo, as exportações e as importações de um país.

Quando a demanda agregada está baixa, o governo tem que agir sobre a demanda para elevá-la. Quando a Demanda Agregada está alta, isto pode significar que o governo precisa diminuí-la, pois alta demanda agregada pode provocar inflação. Para intervir na demanda agregada, o Governo pode fazer uso de dois instrumentos principais:

- **Política fiscal** (escolhas governamentais que se referem à arrecadação e gastos do governo). Exemplo: Quando o governo institui o seguro-desemprego, por exemplo, é uma função estabilizadora, pois essa medida aumenta os gastos do governo, e, portanto, é uma política fiscal. O propósito dessa medida é justamente fornecer renda para quem está desempregado, isto é, promover uma estabilização econômica para que os efeitos do desemprego sejam contidos.
- **Política monetária** (escolhas governamentais que se referem à quantidade de moeda na Economia). Exemplo: controlar a moeda na economia para o controle da inflação, além da intervenção do governo na economia para equilibrar a oferta e a demanda por moeda e a taxa de juros.

Figura 1: Política fiscal e monetária



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/aposta-argumentando-bar-barra-4417/>

Vamos ver como esse assunto cai nas provas de concurso! Vamos lá!!



3. ESTABILIZAÇÃO, CRESCIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

É por meio das políticas fiscal e monetária que o governo atua para que a Economia fique estabilizada, cresça ou ocorra uma redistribuição. A Economia está em equilíbrio (ou estabilizada) o lado monetário iguala o lado real da economia. O governo pode alterar o equilíbrio por meio da política fiscal e da política monetária.

Para a redistribuição de riqueza, o Governo utiliza de sua função distributiva. Já para a estabilização da economia, utiliza de sua função estabilizadora, ambas já comentadas anteriormente.

A política fiscal pode ser expansionista ou restritiva. As políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada. Isso só deveria ocorrer em momentos em que a demanda efetiva é inferior à oferta potencial, e a economia opera abaixo de sua capacidade. A adoção de política fiscal expansionista em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, resulta em inflação.

São exemplos de uma política fiscal expansionista:

- Aumento no valor do Bolsa Família (↑ transferências);
- Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑ despesas);
- Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑ despesas);
- Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓ impostos);
- Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓ impostos)

Já no caso da **política fiscal restritiva**, entendemos que ela deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

São exemplos de política fiscal restritiva:

- Recriação da CPMF (↑ impostos);
- Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓ despesas);
- Aumento de idade mínima para aposentadoria (↓ transferências);
- Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓ transferências);
- Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑ impostos).

A política monetária, por sua vez, se trata da oferta de moeda na economia. Em resumo, ela consiste em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível para que a compra e venda de bens e serviços ocorra. O excesso de moeda pode provocar inflação, e a escassez pode desestimular a economia. Os principais instrumentos da política monetária são: taxas de redesconto, taxas de depósitos compulsórios e operações no mercado aberto.

Obs.: Assim como na política fiscal, a política monetária também pode ser expansionista ou restritiva.

Quando o BACEN oferta moeda, ele está adotando uma política monetária expansionista. Ao diminuir a oferta de moeda, a política monetária é restritiva.

São exemplos de uma política monetária expansionista:

- Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Redução da taxa de redesconto;
- Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- Emissão de moeda;
- Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros;
- Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.

Por outro lado, temos exemplos de políticas monetárias restritivas:

- Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Aumento da taxa de redesconto;
- Redução dos redescontos;
- Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros;

Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

4. QUANTITATIVE EASING

Os bancos centrais dos Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Zona do Euro adotaram medidas fiscais e monetárias para incentivar suas economias respectivas. No entanto, a expansão fiscal e os cortes constantes na taxa de juros não foram o bastante para modificar o cenário recessivo criado pela crise financeira.

Como a taxa de juros estava próxima de zero, os bancos não podiam usar esse recurso. Nesse contexto, os bancos centrais adotaram uma política monetária diferente (Quantitative Easing) para ajudar a economia a crescer. O Quantitative Easing (QE) é o processo de expansão monetária através da aquisição de ativos financeiros públicos e privados (dívida pública, empréstimos comerciais ou ações).

O Banco Central dos Estados Unidos (FED) usa três tipos diferentes de intervenção chamada QE.

- A primeira etapa (QE1) teve como foco principal o mercado de hipotecas, sendo o mais afetado pela crise. Nesta etapa, o FED concentrou suas ações na aquisição de dívidas das agências securitizadas e de ativos que estão sob a proteção de hipotecas.

- Na segunda fase (QE2), o FED usou a compra de títulos públicos para diminuir a taxa de juros de longo prazo.
- Na terceira etapa (QE3), o FED adquiriu novamente títulos de agências securitizadas no mercado imobiliário visando assegurar maior liquidez à economia norte-americana.

Embora o QE tenha como objetivo atingir variáveis internas (liquidez, taxa de desemprego, PIB e atividade econômica), seu efeito transbordou para as economias em desenvolvimento. Dentre os efeitos gerados pelos fluxos financeiros internacionais originados pelos QE, é importante destacar: a saída de capital privado, a valorização das moedas dos países em desenvolvimento, a bolha no preço dos ativos e desequilíbrios financeiros.

5. TAXA SELIC E OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

As operações compromissadas são negociações de compra e venda de títulos, preferencialmente títulos públicos, com o compromisso de recompra ou revenda, para atingir um objetivo de longo e curto prazo. Essas operações pretendem promover o ajuste diário da liquidez. Além disso, quando o título é vendido, o prêmio pago não é o juro dos títulos usados, mas sim o juro que o agente negocia. Esses juros são próximos da taxa Selic.

O Banco Central usa operações compromissadas para conseguir taxas de juros baixas no curto prazo. Como afirma Carvalho (2006), a utilização desse recurso reduz a oscilação da taxa de juros ao oferecer ao Banco Central a possibilidade de fazer ajustes finos na liquidez de maneira mais rápida. Uma operação compromissada obedece à seguinte dinâmica.

Um agente com títulos e precisa de reservas, e outro que quer remunerá-las temporariamente, vão fazer uma operação compromissada para resolver seus problemas. O agente primeiro vende esse título com o compromisso de recompra, enquanto o segundo agente compra com o compromisso de revenda. É uma operação de compra com o compromisso de revenda. Para o primeiro agente, essa operação é caracterizada como um empréstimo.

Para analisar as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, é relevante analisar as operações de venda com o compromisso de recompra. Essas operações são incluídas no ativo do Banco Central sob a rubrica Compromissos de Recompra. Assim, um aumento no valor dessa rubrica indica um aumento no uso das operações compromissadas, enquanto uma diminuição no valor dessa rubrica indica uma diminuição no uso dessas operações compromissadas pelo Banco Central.

Assim sendo, caso precise retirar recursos do mercado, o Banco Central vende títulos públicos para recomprar, fornecendo títulos para o mercado e removendo reservas. No balanço contábil, a conta Compromissos de Recompra e Base Monetária foram aumentados.

Quando é constatada a falta de reservas no mercado, o Banco Central reduz a quantidade de operações de venda com o compromisso de recomprar, gerando assim a liquidez necessária na economia. Esta operação tem um impacto negativo no balanço contábil do Banco Central, representado pela redução na conta Compromissos de Recompra e aumento na conta Base Monetária.

Os agentes financeiros são bem-sucedidos em adotar operações compromissadas, uma vez que trazem três vantagens: duração curta, segurança máxima (Títulos Soberanos) e uma excelente taxa de juros (overnight).

Então, são operações que ajudam o Banco Central a fazer suas políticas monetárias sem que os agentes privados rejeitem suas decisões. Essas operações são muito comuns no mercado financeiro. As operações compromissadas podem ser executadas pelas instituições financeiras em conjunto, ou entre as instituições financeiras e o Banco Central, ou entre as instituições financeiras e as pessoas físicas ou jurídicas.

Os agentes financeiros têm posições distintas em termos de liquidez, ou seja, alguns estão em situação de falta ou excesso de reservas. Dessa forma, essas operações são importantes para suprir a necessidade de reservas de alguns e remunerar o excesso de reservas de outros. Pessoas físicas ou jurídicas também precisam fazer operações comprometidas.

Os fundos de investimento são pessoas físicas e jurídicas que colocam seu dinheiro em coisas que vão durar muito tempo, mas também guardam algumas reservas. Eles precisam fazer operações compromissadas para obter juros baixos sobre essas reservas (PELLEGRINI, 2017).

As operações comprometidas atendem às necessidades do Banco Central e do mercado na totalidade e são bastante usadas por esses. Então, à primeira vista, se trataria de operações comuns e sem grandes consequências da sua utilização por parte do Banco Central.

O problema surge quando se analisa à proporção que estas operações tomaram, a incidência de juros e consequentemente aumento da dívida pública brasileira. As operações compromissadas estão aumentando muito a dívida pública e o Banco Central está questionando se a política monetária é eficiente, já que as operações compromissadas são as principais responsáveis por isso. Essas operações envolvem garantias de títulos públicos e pagamento de juros altos, o que está afetando muito a dívida pública do Brasil.

As operações comprometidas foram muito importantes na política monetária porque cresceram muito, passando de R\$ 71 bilhões em janeiro de 2006 para R\$ 1,6 trilhão em setembro de 2020. As operações compromissadas cresceram significativamente, sobretudo pelo grande número de reservas internacionais adquiridas entre 2006 e 2012, e pelo grande estoque que as operações compromissadas alcançaram, o que incidiu juros sobre um grande estoque de dívida e contribuiu significativamente para a expansão das operações compromissadas.

6. O DEBATE SOBRE OS DEPÓSITOS REMUNERADOS DOS BANCOS COMERCIAIS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

A lei permite que o BCB pague por depósitos que as instituições financeiras fazem como parte da política monetária. Essa solução é uma forma de administrar a liquidez do sistema monetário nacional, controlada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), e que, atualmente, são realizadas, principalmente, por meio de operações compromissadas.

A gestão monetária tem como resultado prático a manutenção perfeita de uma taxa de juros, que se torna a referência de referência para toda a economia. Embora seja possível questionar a eficiência da administração da taxa de juros de referência como principal meio de estabilização dos preços dos bens e serviços de uma economia, é inquestionável que a autoridade monetária administre (estabeleça) adequadamente uma taxa de juros que sirva de referência para as demais taxas de remuneração relevantes para a economia.

Entretanto, a eficiência do efeito estabilizador da administração de uma taxa de juros específica dependerá da habilidade dessa taxa de referência em transferir sua estabilidade para outros preços igualmente importantes para a economia, como os montantes das dívidas remuneradas emitidas pela autoridade fiscal. A política monetária estabiliza os juros para financiar as dívidas da autoridade fiscal, permitindo que a autoridade fiscal possa promover uma gestão fiscal funcional.

O BCB é o conjunto de decisões e intervenções que permitem que a autoridade monetária brasileira escolha e administre a taxa de juros referencial para toda a economia para atingir a meta de inflação. Em primeiro lugar, o Conselho Monetário Nacional (CMN) define a meta de inflação ideal/tolerável para a economia brasileira.

O Copom identifica a taxa de juros que conduzirá ou manterá a inflação na meta do CMN. Finalmente, é responsabilidade dos administradores do BCB intervir no sistema financeiro nacional para manter a taxa de juros referência na meta estabelecida pelo Copom. A remuneração dos depósitos voluntários é apenas uma ferramenta para administrar o juro referencial da economia pelo BCB.

Dessa forma, não afeta os outros aspectos da política monetária. Ou seja, mesmo que a ferramenta ajude a manter o juro básico na meta, isso não garante que a meta de juros escolhida pelo Copom seja boa ou ruim para a economia.

Sobre a escolha da meta de juros pela autoridade monetária falaremos mais em outro momento. Para avaliarmos a funcionalidade de um dado sistema de gestão monetária, há duas questões que precisam ser respondidas:

(1) Qual é a taxa escolhida e administrada pelo BCB para servir de balizadora das demais taxas de juros existentes na economia?

(2) Que instrumentos são usados pelo BCB para reconfigurar as carteiras dos agentes financeiros para que a taxa de juros balizadora seja mantida na sua meta?

Os juros referenciais utilizados pela autoridade monetária como parâmetro para os juros em todo o território nacional são os da taxa Selic, calculada nas aplicações financeiras de um dia envolvendo títulos públicos negociadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Para manter a taxa Selic na meta, o Copom vai usar operações de compra e venda de títulos do Tesouro Nacional (TN) no mercado secundário, chamadas operações compromissadas com os mesmos títulos do TN, e também os depósitos voluntários emitidos pelo BCB, como está previsto em uma nova lei.

Atualmente um banco pode vender suas reservas bancárias para outro banco que não tem dinheiro suficiente para fazer depósitos (depósito compulsório) ou para usar no mercado de depósitos interbancários (DI). Ele também pode investir suas reservas em títulos do Tesouro Nacional (LFTs) e operações comprometidas com o BCB. Considerando que somente o BCB consegue criar as reservas bancárias que permitem a aquisição de dívidas governamentais e interbancárias, é inquestionável que o instrumento sempre vendável diretamente ao BCB seja mais seguro e rentável, no caso brasileiro, as dívidas públicas negociadas no mercado Selic.

Embora as dívidas oferecidas pelo TN, remuneradas pela taxa Selic (as LFTs), tenham prazos de 3 a 6 meses, sua aquisição definitiva não representa uma perda de liquidez significativa em comparação com aplicações de liquidação diária, como os empréstimos interbancários. Isso ocorre porque o BCB está comprometido com a manutenção da Selic em sua meta e deve se comprometer a comprar, sem prejuízo para seus vendedores, toda e qualquer quantidade excedente desses títulos no mercado Selic.

Na prática, isso quer dizer que não há nenhum problema para pagar as dívidas do TN com juros mais baixos do que a Selic. Para tornar as dívidas do TN mais parecidas com aplicações financeiras, o Banco Central transforma as aplicações de curto prazo em aplicações mais rápidas e flexíveis, usando operações compromissadas. As operações compromissadas oferecidas pelo BCB consistem em transações casadas de aquisição e recompra de um título público.

Um banco quer investir suas reservas em uma opção sem risco, pagando pela taxa Selic. Ele compra um título do TN do BCB e promete devolver o mesmo título por um preço maior em um futuro. A diferença entre os dois preços é a remuneração que o banco recebeu por ter investido suas reservas em uma forma menos líquida durante um determinado período.

As instituições financeiras privadas dizem que as operações compromissadas são parecidas com depósitos voluntários pagos pelo BCB, que foram criados pelo PL 3877. Os críticos, conseqüentemente, pensam que os depósitos voluntários remunerados inaugurem uma forma de ganhar dinheiro que não estaria disponível normalmente para as instituições financeiras.

As operações compromissadas são alternativa rentável, sem riscos e muito acessíveis para as reservas bancárias excessivas existentes nas carteiras das instituições financeiras. Sem elas ou qualquer outro instrumento similar, que assegure o risco e pague a taxa de juros referencial, não seria possível definir e controlar a taxa de juros que norteia a economia.

Ademais, é por conta da responsabilidade do BCB em controlar a taxa de remuneração dos títulos do Tesouro Nacional de Longo prazo (LFTs) que o governo brasileiro pode realizar déficits fiscais de qualquer magnitude em prol do bom funcionamento da economia, sem o perigo de aumentar o custo distributivo de seus gastos deficitários.

A inovação dos depósitos remunerados é quem emite a aplicação e quem paga a remuneração. Hoje em dia, as operações compromissadas exigem que o BCB seja um intermediário entre o TN e os compradores das dívidas, pagando uma quantia de dinheiro para cada credor que aceitar imobilizar suas reservas bancárias em operações compromissadas. As reservas bancárias são usadas para pagar dívidas do TN.

Isso significa que as operações compromissadas são contratadas com o BCB e representam aplicações em dívidas do TN. Os depósitos pagos serão títulos de dívidas do BCB, sendo as remunerações pagas pelo BCB e não pelo TN. Os depósitos voluntários remunerados são a melhor ferramenta para ajuste da liquidez do sistema financeiro, sendo simples e eficiente.

De modo a evitar o surgimento de quantidades excedentes de dívidas remuneradas/reservas bancárias que afetem a taxa referencial, bastaria que o BCB remunerasse os depósitos voluntários segundo a taxa referencial para que as composições das carteiras dos agentes financeiros se ajustassem automática e perfeitamente.

Diferentemente dos clientes que, ao retirarem e depositarem seus depósitos bancários em conta bancária, conforme as suas preferências e necessidades, sem afetar a taxa de remuneração dessas contas, as instituições financeiras também poderiam movimentar os seus depósitos excedentes junto ao BCB livremente, sem que a remuneração dos depósitos voluntários fosse prejudicada.

Contudo, apesar de podermos ter certeza de que a oferta de depósitos voluntários remunerados permitirá que o BCB controle de forma automática e absoluta a taxa remuneratória destes depósitos, o mesmo não pode ser dito em relação à taxa Selic. Lembre-se de que a taxa Selic é a taxa que remunera as aplicações em títulos do TN (LFTs), calculada a partir da remuneração diária das aplicações que foram negociadas, liquidadas e custodiadas pelo Copom.

Depósitos voluntários remunerados são títulos do BCB. Para os depósitos voluntários serem pagos segundo a taxa Selic, basta que o BCB remunere essas aplicações com esta taxa, adicionando o valor das remunerações aos saldos das contas das instituições financeiras. Para os depósitos voluntários serem pagos pelo BCB e as aplicações pagas pelo TN sejam usadas como substitutos perfeitos, os participantes do sistema financeiro precisam

entender que as duas aplicações são perfeitas. Assim, se a taxa de juros não fosse igual à taxa dos depósitos voluntários, as pessoas poderiam escolher a aplicação com juros mais baixos. Isso poderia fazer com que as aplicações com juros mais altos fossem movidas para a aplicação mais barata.

Como a taxa de remuneração dos depósitos voluntários é controlada pelo BCB de forma absoluta e perfeita, ela seria um atrativo permanente e perfeito para a taxa Selic. A taxa Selic é frequentemente negligenciada quando se trata das aplicações de um dia garantidas por títulos do TN, como as operações compromissadas mencionadas anteriormente, e não é necessariamente a taxa oferecida aos compradores de títulos pós-fixados pagadores da taxa Selic (LFTs) quando vendidos originalmente pelo TN.

O BCB é ótimo em manter a Selic na meta, então quem compra uma LFT tem o direito de receber a remuneração anunciada pelo Copom sobre o seu valor de mercado, sem correr nenhum risco. Contudo, as LFTs podem ser vendidas com ágio ou desconto, dependendo das condições de oferta e demanda presentes nos leilões primários. Este fato pode parecer estranho, mas não é.

A remuneração das LFTs é determinada pela taxa Selic, mas a taxa Selic não é calculada a partir da remuneração das LFTs. Ao adquirir uma LFT, o TN assume o compromisso de reembolsar o valor de mercado e o retorno proporcionado pela taxa Selic. A taxa que o dono de uma LFT receberá no dia do vencimento será calculada usando a taxa Selic diária que remunera as operações compromissadas.

Isso é uma meta definida pelo Copom e o BCB administra a taxa referencial. Assim, uma LFT será remunerada pelo mesmo valor que seria obtido em uma sequência de operações compromissadas diárias remuneradas pela taxa Selic. Apesar de serem bastante parecidas, a LFT adquirida do Tesouro e as operações compromissadas oferecidas pelo BCB não são completamente indistinguíveis. São oferecidas em mercados diferentes, por pessoas de diferentes origens e com prazos diferentes.

Segundo as condições de oferta e procura, quando as aplicações remuneradas pela taxa Selic são lançadas pelo TN, os compradores das LFTs podem oferecer um pouco mais do que o valor de face do título, de forma que a aplicação seja um pouco menor ou maior que a taxa Selic. Isso significa não haver uma substituição perfeita entre as operações compromissadas intermediadas pelo BCB e remuneradas pela taxa Selic e as LFTs, sendo vendidas principalmente pelo TN.

O BCB compromete-se a manter a taxa Selic na meta, mas isso não significa que ele garanta que o TN possa sempre vender seus títulos pagadores da taxa Selic no mercado primário sem qualquer tipo de remuneração, uma vez que a taxa com que está comprometido não é definida no momento do lançamento primário desses títulos. Sem a ajuda do BCB para limitar a oferta de títulos do TN, é comum que o TN faça leilão de muitas LFTs.

Para manter a taxa Selic estável, o BCB precisa comprar títulos no mercado secundário (com ou sem compromisso de revenda), se os compradores primários oferecerem bônus para vender títulos do TN no mercado secundário e obter títulos mais baratos no mercado primário, ou comprar títulos dos compradores primários (dealers). Apesar de não serem substitutas perfeitas, as LFTs são mais arriscadas e menos atraentes do que as operações comprometidas com a taxa Selic e com dívidas.

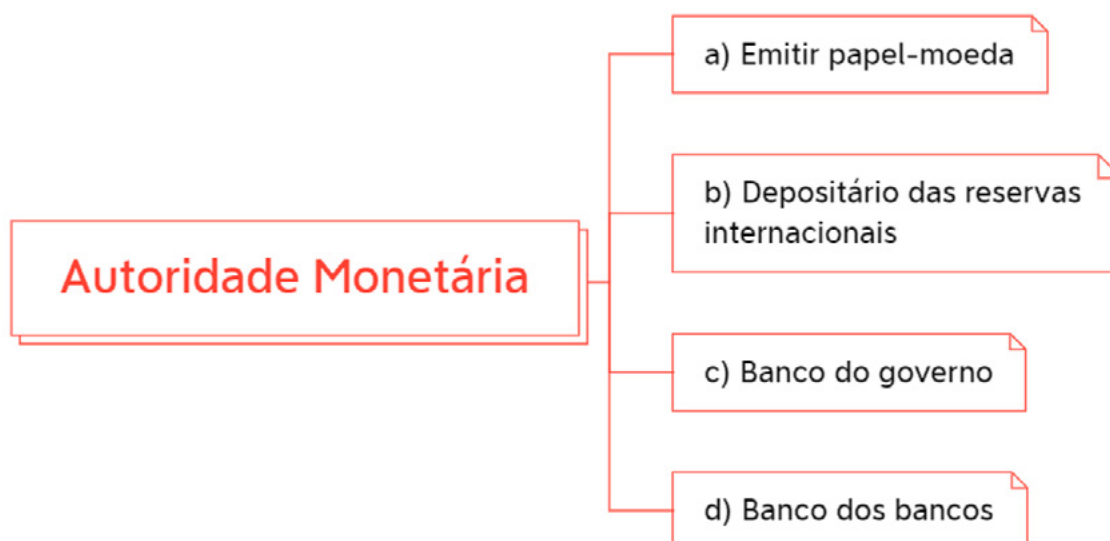
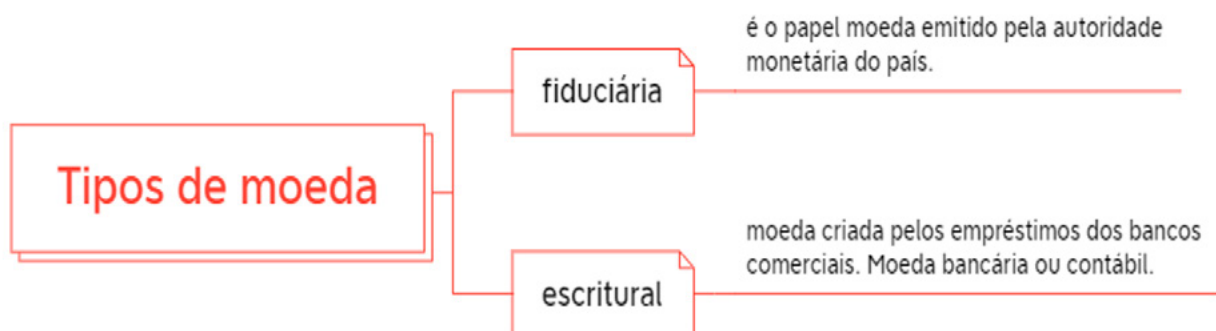
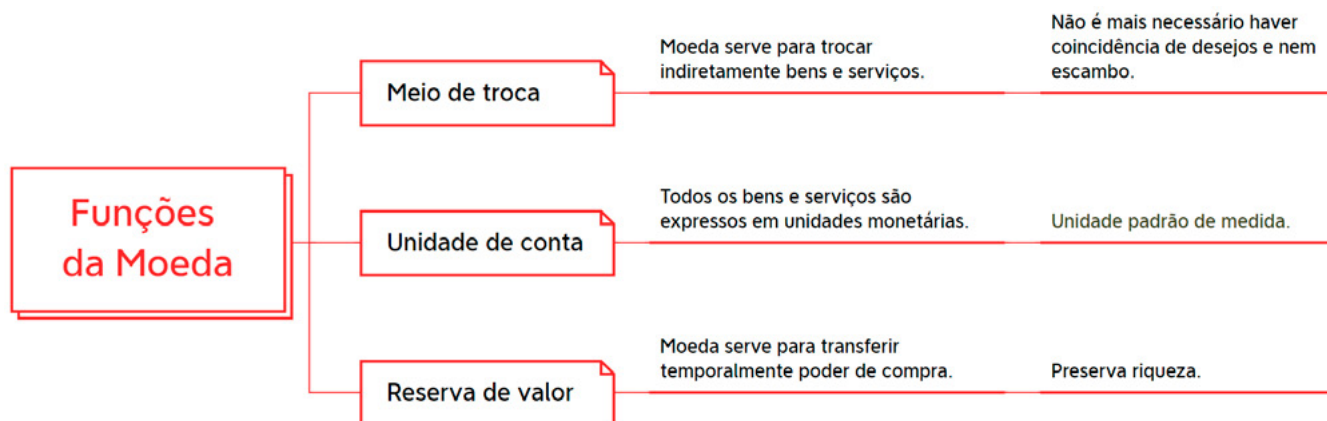
O rendimento oferecido nas duas operações é derivado do mesmo fator: os juros cobrados pelo TN. Dado que o prêmio oferecido para os compradores primários de LFTs é baixo, é preciso esperar que gestores financeiros minimamente competentes migrem das operações compromissadas para as LFTs oferecidas exclusivamente pelo TN, ou que tentem comprá-las dos compradores primários (dealers) por um valor maior que o pago originalmente pelos compradores primários, mas ainda menor que o valor de face. Dessa forma, a taxa Selic, quando ofertada primariamente pelo TN, é mantida estável graças à intervenção mantenedora da taxa Selic na sua meta pelo BCB.

São esses os principais aspectos sobre **Moeda, Política Monetária e Câmbio**. Leia, releia essas informações e vamos juntos à vitória. Se você gostou do material ou tem críticas, dá um feedback, bem como poste suas dúvidas lá no fórum. Estou esperando você lá no Fórum! Estudaaaaa!!!!

RESUMO

Nesta aula, você deve fixar os seguintes pontos:

t



$$ET = \text{CAIXA DOS BANCOS COMERCIAIS} + \text{RESERVAS BANCÁRIAS}$$

$$B = \text{PMPP} + ET$$

M1
PMPP+DVBC
PMPP+CAIXA+COMPULSÓRIO+VOLUNTÁRIO+EMPRÉSTIMOS
PMPP+CAIXA+RESERVAS BANCÁRIAS+EMPRÉSTIMOS
PMPP+ET+EMPRÉSTIMOS
BASE MONETÁRIA
PMPP+ CAIXA
PMC=PME

$$M1 = \text{PMPP} + \text{DVBC}$$

$$M = M1$$

$$M1 = m * B$$

$$m = M1/B$$

$$m > 1$$

$$c + d = 1$$

Multiplicador

aumenta c; diminui m	menos dinheiro no banco e menor é o poder do empréstimo
aumenta d; aumenta m	mais dinheiro no banco e maior é o poder do empréstimo
aumenta R; diminui m	mais dinheiro que fica no banco, menos empréstimos

Multiplicador Monetário (m nunca é negativo)

Valor mínimo = 1	$R = 1$ (100% dos compulsórios ou $d = 0$)
Valor máximo = infinito	$R = 0$ e $d = 1$

$$MP = PMPP + \text{moeda escritural}$$

$PMPP = PME - \text{Total das reservas bancárias (encaixes do BACEN + encaixes dos bancos)}$

$PMC = PME - \text{Reservas do BACEN}$

$PMPP = PMC - \text{Reservas dos bancos}$

$BM = PMPP + \text{Total das reservas bancárias (encaixes no BACEN + encaixes dos bancos)}$

Observe mais alguns pontos importantes:

- O papel-moeda envolve as notas e as moedas metálicas. Já a moeda escritural é criada pelos bancos e corresponde aos depósitos à vista.
- O sistema financeiro monetário é formado pelo BACEN e pelos bancos comerciais, sendo este os que criam meios de pagamento, em outras palavras, papel-moeda ou moeda escritural. Todas as outras instituições financeiras formam o sistema financeiro não monetário.

- O multiplicador monetário apresenta a variação na oferta de moeda originada pela variação em uma unidade na base monetária, e o seu valor depende essencialmente das seguintes variáveis:
 - propensão marginal à retenção de moeda;
 - taxa de reservas bancárias.

Como os mercados não conseguem, sozinhos, resolver a questão do desemprego e da inflação, então o governo pode intervir na Economia para aumentar o grau de emprego dos recursos de forma a chegar ao pleno emprego e controlar a inflação, assegurando a estabilidade da moeda.

São exemplos de uma política fiscal expansionista:

- Aumento no valor do Bolsa Família (↑ transferências);
- Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑ despesas);
- Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑ despesas);
- Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓ impostos);
- Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓ impostos)

São exemplos de política fiscal restritiva:

- Recriação da CPMF (↑ impostos);
- Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓ despesas);
- Aumento de idade mínima para aposentadoria (↓ transferências);
- Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓ transferências);
- Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑ impostos).

São exemplos de uma política monetária expansionista:

- Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Redução da taxa de redesconto;
- Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- Emissão de moeda;
- Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros;
- Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.

Por outro lado, temos exemplos de políticas monetárias restritivas:

- Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Aumento da taxa de redesconto;
- Redução dos redescontos;
- Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros;
- Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Vamos exercitar?



Daisy Assmann

@profadaisyassmann

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) Se os preços das mercadorias produzidas no Brasil e nos Estados Unidos forem calculados em uma mesma moeda comum (por exemplo, em Dólar americano) e, na pressuposição de que todos os demais fatores permaneçam constantes, uma desvalorização real da moeda brasileira em relação ao Dólar americano

- a) desestimulará as exportações brasileiras para os Estados Unidos.
- b) tornará relativamente mais baratas as viagens turísticas dos brasileiros para os Estados Unidos.
- c) encarecerá relativamente os produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.
- d) barateará relativamente os produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.
- e) manterá inalterados os preços dos produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.

002. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) O comportamento das taxas de câmbio nominais e reais é fundamental para a tomada de decisões por parte de produtores e investidores. Enquanto as taxas de câmbio nominais são cotadas diariamente nos mercados de câmbio, as taxas de câmbio reais são determinadas pelas forças subjacentes à paridade real do poder de compra entre a moeda nacional e a moeda estrangeira.

Considere o conceito de paridade relativa real do poder de compra. Considere, também, que, no início de um determinado período, a taxa de câmbio nominal R\$/US\$ seja igual à paridade relativa real do poder de compra.

Nesse contexto, para que a paridade relativa real do poder de compra (ou seja, a taxa de câmbio real R\$/US\$) fique constante, entre o início e o final daquele período, será preciso que a taxa de desvalorização nominal do Real brasileiro em relação ao Dólar americano seja

- a) igual à diferença entre as taxas de inflação americana e brasileira, acumuladas no período.
- b) igual à diferença entre as taxas de inflação brasileira e americana, acumuladas no período.
- c) igual à taxa de inflação brasileira acumulada no período.
- d) igual à taxa de inflação americana acumulada no período.
- e) livremente cotada no mercado de câmbio, sem relação com as taxas de inflação brasileira e americana, acumuladas no período.

003. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) Considerando-se o atual regime cambial brasileiro, uma redução pronunciada da taxa de juros dos Estados Unidos, relativamente à taxa de juros no Brasil, tenderia a fazer com que

- a) a moeda brasileira, o Real, se valorizasse cambialmente em relação ao Dólar americano.

- b) as exportações brasileiras para os Estados Unidos fossem cambialmente estimuladas.
- c) as reservas brasileiras de divisas em Dólar americano diminuíssem.
- d) os fluxos de capitais financeiros brasileiros para os Estados Unidos aumentassem.
- e) as importações brasileiras originárias dos Estados Unidos fossem cambialmente desestimuladas.

004. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) No caso de um regime de taxa de câmbio fixa entre o Real e o Dólar americano, verifica-se que as

a) diferenças de taxa de inflação entre o Brasil e os Estados Unidos não alterariam a taxa de câmbio real entre as moedas desses dois países.

- b) políticas monetárias expansionistas nos Estados Unidos causariam recessão no Brasil.
- c) políticas monetárias no Brasil e nos Estados Unidos seriam sempre contracionistas.
- d) taxas de câmbio entre o Real e a moeda europeia seriam fixas.
- e) taxas de juros no Brasil e nos Estados Unidos seriam muito próximas, se houvesse muita mobilidade de capital financeiro entre esses dois países.

005. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA B"/2023) No regime cambial conhecido como de "flutuação suja" (dirty floating), a taxa de câmbio é determinada pela

- a) variação das reservas internacionais
- b) política monetária do Banco Central
- c) taxa fixada pelo Banco Central
- d) interação entre oferta e demanda de moeda estrangeira, sem qualquer intervenção do Banco Central no mercado de câmbio
- e) interação entre oferta e demanda de moeda estrangeira, com intervenções esporádicas do Banco Central no mercado de câmbio

006. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA B"/2023) Para realizar suas operações internacionais de compra e venda de bens e serviços, as empresas importadoras e exportadoras fecham contratos de câmbio junto às instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central.

A equipe de atendimento de um banco, tendo como clientes duas empresas, uma exportadora e outra importadora, avaliaria que uma desvalorização do real frente ao dólar, tudo o mais constante, seria vantajosa para

- a) a empresa exportadora
- b) a empresa importadora
- c) os concorrentes estrangeiros da empresa exportadora
- d) os fornecedores da empresa importadora
- e) ambas as empresas

007. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2023) Na hipótese de que todos os demais fatores permaneçam constantes, a sobrevalorização do Real brasileiro em relação ao Dólar norte-americano, em termos reais, por longo período de tempo, exerce efeito

- a) positivo sobre as exportações brasileiras
- b) neutro sobre as exportações brasileiras
- c) negativo sobre as viagens turísticas dos brasileiros aos Estados Unidos
- d) negativo sobre as importações brasileiras
- e) negativo sobre as exportações brasileiras

008. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2023) Com base no diferencial entre as taxas de juros interna e externa, os agentes fazem projeções futuras do comportamento da taxa de câmbio R\$/US\$.

Considere que um título brasileiro para 360 dias seja negociado, hoje, à taxa pré-fixada de 13,5% a.a., ao passo que um título americano, de igual maturidade, a 4,5% a.a.

Admita, ainda, que a taxa de câmbio no mercado à vista seja cotada, hoje, a R\$5,20/US\$ e que, por simplificação, o risco-país seja igual a zero.

Se for válida a paridade descoberta dos juros interno e externo, e se todos os demais fatores se mantiverem constantes, o mercado espera, hoje, que, nos próximos 360 dias, o Real brasileiro tenha uma desvalorização, em relação ao Dólar, de

- a) 4,5%
- b) 5%
- c) 9%
- d) 18%
- e) 20%

009. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2023) A taxa de câmbio é definida, convencionalmente, como o preço de uma unidade de moeda estrangeira em termos da moeda nacional, ou seja, no Brasil, R\$/US\$.

Considere as seguintes taxas de câmbio (PTAX) informadas pelo Banco Central do Brasil:

22/12/2022: 1US\$ = R\$5,1865

23/12/2022: 1US\$ = R\$5,1439

No dia 23/12/2022, comparativamente ao dia anterior, o Real brasileiro, em relação ao Dólar norte-americano, registrou

- a) Apreciação.
- b) Depreciação.
- c) Subvalorização.

- d) equilíbrio real.
- e) paridade do poder de compra.

010. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE DE TECNOLOGIA/2023) As operações diárias de compra e venda de divisas estrangeiras (dólares, euros, libras esterlinas, dentre outras) são parte integrante do mercado

- a) monetário
- b) cambial
- c) acionário
- d) creditício
- e) de trabalho

011. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BANRISUL/2023) As pessoas físicas e jurídicas que, em última análise, formam o mercado de câmbio, são os demandadores e os ofertadores de moeda estrangeira.

Assim, os(as)

- a) exportadores de bens e serviços, residentes no Brasil, demandam moeda estrangeira no mercado de câmbio.
- b) importadores de bens e serviços, residentes no Brasil, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.
- c) tomadores de empréstimos no exterior, residentes no Brasil, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio ao repagarem seus empréstimos externos.
- d) turistas estrangeiros que vêm ao Brasil oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.
- e) empresas no Brasil, com sócios estrangeiros, ao pagar dividendos aos seus sócios, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.

012. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) O mercado de câmbio brasileiro registrou, no fechamento do dia 09/12/2021, as seguintes cotações de venda do Euro (€), medidas, respectivamente, em Dólares (US\$) e em Reais (R\$):

1 € = US\$1,1286

1 € = R\$6,2710

As taxas de câmbio cruzadas indicam que a cotação de venda do Dólar, medida em Reais, naquele mesmo dia, foi de

- a) 1 US\$ = R\$7,0775
- b) 1 US\$ = R\$6,2710
- c) 1 US\$ = R\$5,5564
- d) 1 US\$ = R\$5,4585
- e) 1 US\$ = R\$0,1799

013. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) Admita que a taxa de câmbio real de equilíbrio no Brasil seja estimada, num determinado dia, em R\$4,20/US\$. Se, nesse mesmo dia, o Dólar for cotado a uma taxa de câmbio nominal de R\$5,40/US\$, é indicativo de que o Real brasileiro está

- a) Sobrevalorizado
- b) Subvalorizado
- c) nem subvalorizado nem sobrevalorizado
- d) em paridade real do poder de compra com o Dólar
- e) menos competitivo que o Dólar

014. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) Na bolsa de valores brasileira (B3), os investidores interessados em negociar contratos futuros de cupom cambial, relativos a depósitos interfinanceiros, objetivam, fundamentalmente, buscar proteção contra flutuações dos(as)

- a) preços das ações negociadas em balcão.
- b) preços das commodities negociadas em balcão.
- c) preços dos títulos negociados no Tesouro direto.
- d) taxas de juros referenciadas ao Dólar.
- e) taxas de juros referenciadas ao Real.

015. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) Uma casa de câmbio no Brasil apresentava a seguinte Tabela com relações entre o real e diversas moedas estrangeiras:

Moeda	R\$
Dólar americano	5,5627
Euro	6,4477
Libra esterlina	7,5207
Yuan chinês	0,8673

Com base nestas informações, conclui-se que com um real pode-se comprar, aproximadamente

- a) 0,1330 euro
- b) 0,1327 dólar americano
- c) 1,1530 yuan chinês
- d) 0,1551 libra esterlina
- e) 0,1798 euro

016. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA) /TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022) Considere que um investidor estrangeiro, ao internalizar US\$200 milhões no Brasil, tenha

feito, no mesmo dia, uma aplicação financeira em Reais (R\$) para resgate após 360 dias, à taxa de juros prefixada de 6,5% a.a. Admita, adicionalmente, que, no dia da aplicação, ele tenha convertido os Dólares internalizados em Reais à taxa de câmbio de R\$5,40/US\$, cotada no mercado à vista.

Considerando-se que a aplicação tenha sido feita a descoberto (sem hedging cambial), caso no dia do resgate a taxa de câmbio no mercado à vista tenha sido de R\$5,30/US\$, o ganho nominal total (principal mais juros) do investidor, em Dólares, terá sido de

- a) 213 milhões
- b) 217,019 milhões
- c) 1,080 bilhão
- d) 1,150 bilhão
- e) 6,096 bilhões

017. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022)

Considere que a taxa de câmbio real de equilíbrio do Real em relação ao Dólar (R\$/US\$) tenha sido estimada em R\$3,70/US\$, em dezembro de 2019 (média do mês). Admita, adicionalmente, que as taxas acumuladas de inflação no Brasil e nos Estados Unidos tenham sido de, respectivamente, 15,90% e 5,66%, entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Para que fosse mantida a paridade relativa real do poder de compra, a taxa de câmbio de equilíbrio, em dezembro de 2021, deveria ter sido, em média, de

- a) R\$3,70/US\$
- b) R\$4,08/US\$
- c) R\$4,29/US\$
- d) R\$5,40/US\$
- e) R\$13,94/US\$

018. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2021)

De acordo com os dados do Banco Central do Brasil, entre dezembro de 2019 e outubro de 2020, a taxa de câmbio aumentou, em média, de R\$4,11/US\$ para R\$5,63/US\$, representando uma depreciação de 37% da moeda brasileira, em termos nominais, e de 35%, em termos reais. Considerando os fatores que determinam as alterações na taxa de câmbio ao longo do tempo, a depreciação observada no período assinalado refletiu a(o)

- a) entrada líquida expressiva de dólares no Brasil.
- b) venda de reservas internacionais por parte do Banco Central do Brasil.
- c) fuga de capitais, diante da incerteza com respeito aos impactos da crise pandêmica.
- d) aumento do diferencial entre as taxas de juros internas e externas.
- e) aumento das posições compradas da moeda brasileira nos mercados futuros de câmbio.

019. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA B"/2021) Aqueles que participam do mercado de câmbio de um país podem ser divididos entre os que produzem divisas e os que cedem divisas.

Produzem e cedem divisas, respectivamente, os

- a) exportadores; os turistas estrangeiros.
- b) importadores; os que fazem transferências para o exterior.
- c) que recebem transferências do exterior; os que remetem lucro ao exterior.
- d) tomadores de investimentos quando remetem dividendos ao exterior; os exportadores.
- e) tomadores de empréstimos quando remetem o principal ao exterior; os importadores.

020. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2021) As relações internacionais implicam relações de trocas entre as moedas, ou seja, a variável econômica conhecida como taxa de câmbio. Assim, quanto mais valorizada for a moeda de um país, menor será o poder de competitividade do produto desse país, piorando o saldo em transações correntes.

Nesse sentido, uma valorização cambial

- a) desestimula tanto as importações quanto as exportações, mas com uma desvalorização cambial ocorre o inverso.
- b) desestimula as importações e estimula as exportações, e com uma desvalorização cambial ocorre o mesmo.
- c) desestimula as importações e estimula as exportações, mas com uma desvalorização cambial ocorre o inverso.
- d) estimula as importações e desestimula as exportações, e com uma desvalorização cambial ocorre o mesmo.
- e) estimula as importações e desestimula as exportações, mas com uma desvalorização cambial ocorre o inverso.

021. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2021) A relação entre a mudança de percentual na taxa de câmbio à vista, ao longo do tempo, e o diferencial entre taxas de juros comparáveis em diferentes mercados de capitais nacionais é conhecida como o efeito Fisher internacional.

O Fisher-open, como é frequentemente chamado, indica que as taxas de câmbio à vista devem mudar em uma quantidade

- a) diferente, mas em direção oposta à diferença nas taxas de juros entre dois países.
- b) diferente, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.
- c) desconhecida, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.
- d) igual, mas em direção oposta à diferença nas taxas de juros entre dois países.
- e) igual, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.

022. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2021) Com a pandemia, observou-se intensa volatilidade das taxas de câmbio cotadas nos mercados de câmbio à vista no Brasil. Segundo dados do Banco Central do Brasil, a taxa de câmbio média negociada nos mercados à vista foi de R\$5,46/US\$ em agosto de 2020, comparativamente à taxa média de R\$5,28/US\$, observada em julho desse mesmo ano.

Sendo assim, constata-se que, entre julho e agosto de 2020, o Real brasileiro mostrou, em relação ao Dólar norte-americano,

- a) apreciação média de cerca de 3,41%, em termos nominais
- b) apreciação média de cerca de 3,41%, em termos reais
- c) depreciação média de cerca de 3,41%, em termos nominais
- d) depreciação média de cerca de 3,41%, em termos reais
- e) a mesma paridade nominal do poder de compra

023. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2018) A reação dos mercados de câmbio ontem deu uma boa sinalização de qual pode ser o caminho caso Washington intensifique o tom em relação às relações comerciais dos Estados Unidos com o restante do mundo. As moedas emergentes recuaram a mínimas em dez dias, segundo dados do Deutsche Bank, sob peso da queda de divisas correlacionadas às matérias-primas – como o rand sulafricano e o real brasileiro (...). No Brasil, o dólar fechou em alta de 0,90%, para R\$3,290, no maior nível desde o último 9 de fevereiro. Na máxima, a cotação beirou os R\$3,30 ao tocar R\$3,2966.

*CASTRO, J. Dólar deve subir no curto prazo, dizem analistas.
Valor Econômico, 15 mar. 2018, p.C2. Adaptado.*

Em países que adotam o regime de câmbio flutuante, as mudanças diárias observadas nas taxas de câmbio estão relacionadas a diversos fatores.

Considerando-se, no entanto, exclusivamente, a matéria jornalística, o principal fator que explica a desvalorização do real brasileiro no movimento diário do mercado de câmbio descrito no texto foi a(o)

- a) aumento da oferta de divisas no mercado de câmbio
- b) forte intervenção do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio
- c) situação política corrente no Brasil
- d) piora das condições macroeconômicas no Brasil
- e) incerteza futura e maior percepção de risco por parte dos investidores

024. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2018) Reguladas pelo Banco Central, as instituições financeiras autorizadas a operar todas as operações no mercado de câmbio são(é)

- a) as agências de fomento
- b) os estabelecimentos comerciais
- c) os bancos de desenvolvimento
- d) os bancos múltiplos
- e) a Caixa Econômica

025. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2018) Existe uma modalidade de financiamento às exportações por meio da qual o agente financiador, após a avaliação e aprovação da operação, formaliza um contrato de financiamento com o importador/devedor, com interveniência do exportador.

Essa modalidade de financiamento é denominada

- a) financiamento à exportação pré-embarque
- b) adiantamento sobre cambiais entregues (ACE)
- c) adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)
- d) buyer's credit
- e) supplier's credit

026. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2015) Uma desvalorização cambial da moeda brasileira (real) frente à moeda norte-americana (dólar), implica a(o)

- a) diminuição do número de reais necessários para comprar um dólar
- b) diminuição do estoque de dólares do Banco Central do Brasil
- c) diminuição do preço em reais de um produto importado dos EUA
- d) estímulo às exportações brasileiras para os EUA
- e) aumento das cotações das ações das empresas importadoras na bolsa de valores

027. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2012) O mercado cambial é o segmento financeiro em que ocorrem operações de negociação com moedas internacionais. A operação que envolve compra e venda de moedas estrangeiras em espécie é denominada

- a) câmbio manual
- b) câmbio sacado
- c) exportação
- d) importação
- e) transferência

028. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2010) O mercado de câmbio envolve a negociação de moedas estrangeiras e as pessoas interessadas em movimentar essas moedas. O câmbio manual é a forma de câmbio que

- a) pratica a importação e a exportação por meio de contratos.

- b) pratica a troca de moeda estrangeira por uma mercadoria.
- c) envolve a compra e a venda de moedas estrangeiras em espécie.
- d) envolve a troca de títulos ou documentos representativos da moeda estrangeira.
- e) exerce a função de equilíbrio na balança comercial externa.

029. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/20203) Quanto a noções do mercado de câmbio, analise os itens a seguir.

I – O mercado de câmbio é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil (BCB) em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

II – As taxas de compra e venda de moeda estrangeira no mercado de câmbio brasileiro são livremente pactuadas entre as partes.

III – As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira, sem limitação de valor, desde que observada a legislação, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

030. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/2018) Se a taxa de câmbio estiver num patamar muito baixo, por exemplo, R\$ 2,00 por dólar americano, e o Banco Central desejar realizar uma intervenção para aproximar a taxa de R\$ 3,00, é preciso que a instituição:

- a) venda dólares no mercado de câmbio à vista;
- b) venda dólares no mercado de câmbio futuro;
- c) fique comprada num swap cambial reverso;
- d) fique comprada num swap cambial tradicional;
- e) realize a emissão de títulos cambiais no mercado.

031. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/2018) O Banco Central possui autorização para realizar intervenções no mercado de câmbio e um dos instrumentos para tal consiste num acordo em que o Banco Central paga aos investidores os juros do período e recebe em troca a variação da taxa de câmbio.

Trata-se da seguinte operação:

- a) compra de dólar pronto;
- b) venda de dólar pronto;

- c) swap cambial reverso;
- d) swap cambial;
- e) venda futura de dólar.

032. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/2018) Acerca dos riscos ligados às chamadas criptomoedas ou moedas virtuais, o Banco Central do Brasil, em comunicado de novembro de 2017, alertou para questões relacionadas à conversibilidade e ao lastro de tais ativos, destacando que não é responsável por regular, autorizar ou supervisionar o seu uso.

Assim, é correto afirmar que seu valor:

- a) decorre da garantia de conversão em moedas soberanas;
- b) decorre da emissão e garantia por conta de autoridades monetárias;
- c) decorre de um lastro em ativos reais;
- d) é associado ao tamanho da base monetária;
- e) decorre exclusivamente da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor.

033. (IADES/ESCRITURÁRIO (BRB/2022) O mercado de câmbio no Brasil é regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e compete ao Banco Central do Brasil (BCB) monitorar e garantir o funcionamento regular desse mercado e o cumprimento da regulamentação. No que concerne ao mercado de câmbio, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando uma instituição autorizada a operar no mercado de câmbio que pratica as taxas de câmbio dólar (USD) para real de 5,15 (compra) e 5,25 (venda), um cliente terá o custo de R\$ 51.500,00 para a compra de 10.000 dólares (USD), além da tarifa operacional relativa ao contrato de câmbio.
- b) O BCB divulga diariamente as taxas PTAX, que devem ser divulgadas e praticadas pelas instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio junto aos respectivos clientes.
- c) A compra e a venda de moeda estrangeira podem ser exercidas tanto por pessoas físicas como por jurídicas, sem limitação de valor, desde que a contraparte seja agente autorizado a operar no mercado de câmbio e que observe a legalidade da transação, a fundamentação econômica, bem como o devido respaldo documental.
- d) As instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio estão aptas a receber ordem de pagamento em moeda estrangeira, em qualquer montante, para ingresso de recursos do exterior relacionados a transferências unilaterais correntes, de forma a realizar a conversão para reais de tais valores e direcionar esses recursos a pessoas naturais.
- e) Remessas de valores provenientes do exterior devem estar amparadas por documentação comprobatória, conforme formulário específico exigido pelo BCB.

034. (IADES/TÉCNICO (IGEPPS) /ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/2018) Em um regime cambial de taxa de câmbio flutuante, no qual o preço da moeda nacional em termos de moeda

estrangeira oscila livremente, o aumento das exportações acarreta, como consequência imediata, a (o)

- a) apreciação da moeda nacional.
- b) restrição da oferta de divisas.
- c) aumento das reservas internacionais do país.
- d) queda das importações.
- e) redução da dívida pública.

035. (IADES/ANALISTA (APEX) /PROSPECÇÃO DE PROJETOS/2018) A volatilidade da taxa de câmbio dificulta, para as empresas exportadoras e importadoras, a gestão dos respectivos recebimentos e pagamentos em moeda estrangeira. Uma das estratégias para a proteção contra a variação cambial chama-se

- a) CCR.
- b) hedge.
- c) Swift.
- d) bid bond.
- e) SML.

036. (INSTITUTO AOCP/TÉCNICO BANCÁRIO III (BANESE) /INFORMÁTICA/DESENVOLVIMENTO (E MAIS 1 CONCURSO/2022) O mercado cambial pode ser definido como o segmento no qual ocorrem as operações de conversões de moeda nacional em estrangeiras e vice-versa. Nesse sentido, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I – A taxa de câmbio spot ocorre quando o pagamento da moeda estrangeira e a entrega de moeda nacional são realizados à vista.

II – O mercado de câmbio no Brasil encontra-se segmentado em mercado de câmbio de taxas livres e mercado de câmbio de taxas flutuantes.

III – O VET (Valor Efetivo Total) incorpora a taxa de câmbio, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e as tarifas incidentes na operação.

Estão corretas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

037. (SELECON/ANALISTA DE PROJETOS NAVAIS (EMGEPRON) /ANALISTA TÉCNICO/ CONTRATOS/2021) Quanto ao mercado de câmbio, a hipótese que se refere ao mercado de câmbio primário é:

- a) operação com taxa pronta e futura
- b) operação com taxa de câmbio corrente
- c) operação entre os bancos e seus clientes
- d) operação entre os bancos e o Banco Central

038. (SELECON/ANALISTA DE PROJETOS NAVAIS (EMGEPRON) /ANALISTA TÉCNICO/ CONTRATOS/2021) Acerca do mercado de câmbio, a modalidade de compra e venda a termo, na qual a transação é realizada com utilização de taxa de câmbio na data da contratação, mas com entrega em forward rate, é didaticamente chamada de:

- a) mercado de câmbio intermediário
- b) mercado de câmbio primário
- c) mercado de câmbio à vista
- d) mercado de câmbio futuro

039. (FCC/ESCRITURÁRIO (BB) /AGENTE COMERCIAL/1/2011) No regime de câmbio flutuante, o Banco Central do Brasil atua no mercado de câmbio,

- a) nele intervindo com o objetivo de evitar oscilações bruscas nas cotações.
- b) desvalorizando a taxa de câmbio com o objetivo de reduzir o cupom cambial.
- c) determinando a taxa de câmbio com o objetivo de incentivar as exportações.
- d) fixando a taxa de câmbio com o objetivo de estimular captações externas.
- e) livremente, dentro da banda cambial por ele estabelecida e divulgada.

040. (FCC/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2011) No mercado de câmbio, estão autorizados a operar como agente

- a) as associações de poupança e empréstimo.
- b) as cooperativas de crédito.
- c) as empresas de arrendamento mercantil.
- d) as agências de fomento.
- e) os bancos múltiplos.

041. (FCC/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2010) No mercado de câmbio no Brasil são realizadas operações

- a) no mercado à vista apenas por pessoa jurídica.
- b) pelos agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- c) dispensadas da regulamentação e fiscalização pelo Banco Central do Brasil.
- d) no segmento flutuante, relativas a importação e exportação de mercadorias e serviços.
- e) de troca de moeda nacional exclusivamente pelo dólar norte-americano ou vice-versa.

042. (CEBRASPE (CESPE)/PERITO CRIMINAL FEDERAL/ÁREA 1/2018) Ante as recentes oscilações do preço do dólar norte-americano, afetando as operações de importação e exportação de mercadorias, o Banco Central do Brasil interveio no mercado, oferecendo operações de troca da variação do dólar pela variação da taxa DI.

Nessa situação hipotética,

o alvo da preocupação do Banco Central é a volatilidade do dólar medida pela PTAX.

043. (CEBRASPE (CESPE)/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPRESP-EXE)/INVESTIMENTOS/"ANALISTA" (E MAIS 2 CONCURSOS/2016) Julgue o item subsequente, com relação à taxa de câmbio e aos regimes cambiais.

O Brasil adota limites de flutuação cambial fixados pelo Banco Central do Brasil conforme o fluxo de capitais externos.

044. (CEBRASPE (CESPE)/ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ANALISTA SUPERIOR/FINANÇAS/2015) Julgue o item subsequente, relativo ao mercado de câmbio.

A partir da cotação do real frente ao dólar e da cotação do dólar frente ao peso mexicano, apura-se a taxa cruzada de câmbio do real em relação à moeda do México.

045. (CEBRASPE (CESPE)/ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ANALISTA SUPERIOR/FINANÇAS/2015) Julgue o item subsequente, relativo ao mercado de câmbio.

Considerando-se que o Banco Central (BCB) não renove os contratos de swaps cambiais a vencer, esses contratos deverão ser liquidados mediante a entrega física de moeda estrangeira pela autoridade monetária, com a correspondente redução das reservas internacionais brasileiras.

046. (CEBRASPE (CESPE)/TÉCNICO BANCÁRIO NOVO (CEF)/ADMINISTRATIVA/2014) Acerca das características do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das operações nele realizadas, julgue o item a seguir.

O mercado brasileiro de câmbio é composto pelo mercado de câmbio de taxas flutuantes (turismo) e pelo mercado de câmbio de taxas livres (comercial), cada um com atribuições específicas, definidas pelo BCB.

047. (CEBRASPE (CESPE)/TÉCNICO BANCÁRIO NOVO (CEF)/ADMINISTRATIVA/2014) Acerca das características do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das operações nele realizadas, julgue o item a seguir.

O BCB pode conceder autorização para a prática de operações no mercado de câmbio aos bancos de desenvolvimento, às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entre outras instituições.

048. (CEBRASPE (CESPE)/ANALISTA LEGISLATIVO (CAM DEP)/ÁREA VII/CONSULTOR LEGISLATIVO/2014) No que se refere à estrutura, à regulação e à fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, bem como à sua evolução recente, julgue o item a seguir.

Os títulos cambiais de emissão de instituições financeiras, caso distribuídos publicamente, devem ser subordinados às normas e condições estabelecidas pela comissão de valores mobiliários.

049. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2009) As sociedades corretoras de câmbio podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Na denominação social das sociedades corretoras de câmbio, deve, obrigatoriamente, constar a expressão Corretora de câmbio. Acerca das corretoras de câmbio, julgue o item a seguir.

As sociedades corretoras de câmbio têm por objeto social exclusivamente a intermediação em operações de câmbio, não contemplando, portanto, a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes.

050. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

Atualmente, o regime cambial adotado no país é o de regime livre, ou seja, não há um setor do governo que determina qual é a taxa oficial.

051. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

Mercado de câmbio é o ambiente físico onde se realizam as operações de câmbio entre os próprios agentes autorizados pelo BACEN (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) e entre eles e seus clientes.

052. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

As pessoas físicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, desde que observada a legalidade da transação.

053. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Política cambial é o conjunto de leis, regulamentos e ações do setor privado que influem no comportamento do mercado de câmbio e da taxa de câmbio.

054. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/3/2007) O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item que se segue.

A taxa de câmbio mede o valor externo da moeda, fornecendo uma relação direta entre os preços domésticos das mercadorias e fatores produtivos e desses preços nos demais países.

GABARITO

1. d	19. c	37. c
2. b	20. e	38. d
3. a	21. d	39. a
4. e	22. c	40. e
5. e	23. e	41. b
6. a	24. d	42. C
7. e	25. d	43. E
8. c	26. d	44. C
9. a	27. a	45. E
10. b	28. c	46. E
11. d	29. d	47. C
12. c	30. c	48. E
13. b	31. c	49. E
14. d	32. e	50. C
15. c	33. c	51. E
16. b	34. a	52. C
17. b	35. b	53. E
18. c	36. e	54. C

GABARITO COMENTADO

001. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) Se os preços das mercadorias produzidas no Brasil e nos Estados Unidos forem calculados em uma mesma moeda comum (por exemplo, em Dólar americano) e, na pressuposição de que todos os demais fatores permaneçam constantes, uma desvalorização real da moeda brasileira em relação ao Dólar americano

- a) desestimulará as exportações brasileiras para os Estados Unidos.
- b) tornará relativamente mais baratas as viagens turísticas dos brasileiros para os Estados Unidos.
- c) encarecerá relativamente os produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.
- d) barateará relativamente os produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.
- e) manterá inalterados os preços dos produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.



Devemos assinalar a alternativa CORRETA.

a) Errada. Neste cenário, uma desvalorização real da moeda brasileira em relação ao Dólar americano estimulará as exportações brasileiras, porque a desvalorização do Real, de um lado, representa a valorização do Dólar, do outro. Com a valorização do Dólar, o importador americano precisará de menos de sua moeda para comprar a mesma quantidade de produtos exportados pelo Brasil – ou seja, estimulando a venda para os EUA e, por conseguinte, as exportações brasileiras.

b) Errada. Uma desvalorização real da moeda brasileira em relação ao Dólar americano tornará relativamente mais caras as viagens turísticas dos brasileiros para os Estados Unidos, pois será necessário despende de mais moeda nacional para realizar uma viagem para os EUA.

c) Errada, pois uma desvalorização real da moeda brasileira em relação ao Dólar americano tornará relativamente mais baratos os produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.

d) Certa, pois uma desvalorização do Real em relação ao Dólar informa que o importador americano irá despende agora menos moeda para realizar a mesma compra que realizaria antes da desvalorização, isto é: há um barateamento dos produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.

e) Errada, pois uma desvalorização do Real em relação ao Dólar barateará relativamente os produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos.

Letra d.

002. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) O comportamento das taxas de câmbio nominais e reais é fundamental para a tomada de

decisões por parte de produtores e investidores. Enquanto as taxas de câmbio nominais são cotadas diariamente nos mercados de câmbio, as taxas de câmbio reais são determinadas pelas forças subjacentes à paridade real do poder de compra entre a moeda nacional e a moeda estrangeira.

Considere o conceito de paridade relativa real do poder de compra. Considere, também, que, no início de um determinado período, a taxa de câmbio nominal R\$/US\$ seja igual à paridade relativa real do poder de compra.

Nesse contexto, para que a paridade relativa real do poder de compra (ou seja, a taxa de câmbio real R\$/US\$) fique constante, entre o início e o final daquele período, será preciso que a taxa de desvalorização nominal do Real brasileiro em relação ao Dólar americano seja

- a) igual à diferença entre as taxas de inflação americana e brasileira, acumuladas no período.
- b) igual à diferença entre as taxas de inflação brasileira e americana, acumuladas no período.
- c) igual à taxa de inflação brasileira acumulada no período.
- d) igual à taxa de inflação americana acumulada no período.
- e) livremente cotada no mercado de câmbio, sem relação com as taxas de inflação brasileira e americana, acumuladas no período.



Nesse contexto, para que a paridade relativa real do poder de compra (ou seja, a taxa de câmbio real R\$/US\$) fique constante, entre o início e o final daquele período, será preciso que a taxa de desvalorização nominal do Real brasileiro em relação ao Dólar americano seja igual à diferença entre as taxas de inflação brasileira e americana, acumuladas no período.

Letra b.

003. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) Considerando-se o atual regime cambial brasileiro, uma redução pronunciada da taxa de juros dos Estados Unidos, relativamente à taxa de juros no Brasil, tenderia a fazer com que

- a) a moeda brasileira, o Real, se valorizasse cambialmente em relação ao Dólar americano.
- b) as exportações brasileiras para os Estados Unidos fossem cambialmente estimuladas.
- c) as reservas brasileiras de divisas em Dólar americano diminuíssem.
- d) os fluxos de capitais financeiros brasileiros para os Estados Unidos aumentassem.
- e) as importações brasileiras originárias dos Estados Unidos fossem cambialmente desestimuladas.



Para analisar a questão, pensemos sob a ótica de um investidor americano.

Esse investidor possui US\$ 1.000,00 investidos em títulos americanos, e os mesmos US\$ 1.000,00 investidos em títulos brasileiros. Ocorre, contudo, um revés no cenário econômico

americano, e a autoridade monetária daquele país resolve promover uma redução pronunciada da taxa de juros dos Estados Unidos (títulos que antes pagavam 9% a.a. estão, agora, pagando 3%, enquanto a taxa de juros no Brasil foi estabelecida e manteve-se em 7%, hipoteticamente falando). Com esta redução, o investidor perde o interesse em manter seus recursos em títulos americanos, já que os títulos brasileiros, antes simétricos, estão pagando consideravelmente mais que aqueles. O investidor, assim, resgata o volume aplicado no mercado americano (em dólares) e aplica no mercado brasileiro (em dólares). Este movimento causa um aumento das reservas internacionais e, por conseguinte, de valorização do Real em relação ao Dólar.

Claro, o cenário aqui é ilustrativo e hipotético, mas extrapolemos este resultado para toda uma economia e esse resultado não será tão imaginativo quanto parece. Pelo exposto, podemos assinalar como CORRETA a letra A: uma redução pronunciada da taxa de juros dos Estados Unidos, relativamente à taxa de juros no Brasil, tenderia a fazer com que a moeda brasileira, o Real, se valorizasse cambialmente em relação ao Dólar americano.

b) Errada. O cenário proposto é de valorização do Real em relação ao Dólar americano, o que estimularia as importações brasileiras.

c) Errada. Como descrito no cenário imaginado, haveria um aumento das reservas brasileiras de divisas em Dólar americano, frente ao ingresso de capitais estrangeiros no mercado nacional.

d) Errada. Ao contrário do disposto, os fluxos de capitais financeiros americanos para o Brasil aumentariam.

e) Errada. Ao contrário do disposto, as importações brasileiras originárias dos Estados Unidos fossem cambialmente estimuladas, já que com os mesmos recursos seria possível adquirir mais bens (em decorrência da valorização cambial do Real em reação ao Dólar americano).

Letra a.

004. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA A"/2023) No caso de um regime de taxa de câmbio fixa entre o Real e o Dólar americano, verifica-se que as

a) diferenças de taxa de inflação entre o Brasil e os Estados Unidos não alterariam a taxa de câmbio real entre as moedas desses dois países.

b) políticas monetárias expansionistas nos Estados Unidos causariam recessão no Brasil.

c) políticas monetárias no Brasil e nos Estados Unidos seriam sempre contracionistas.

d) taxas de câmbio entre o Real e a moeda europeia seriam fixas.

e) taxas de juros no Brasil e nos Estados Unidos seriam muito próximas, se houvesse muita mobilidade de capital financeiro entre esses dois países.



No caso de um regime de taxa de câmbio fixa entre o Real e o Dólar americano, verifica-se que as taxas de juros no Brasil e nos Estados Unidos seriam muito próximas, se houvesse muita mobilidade de capital financeiro entre esses dois países.

Letra e.

005. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA B"/2023) No regime cambial conhecido como de "flutuação suja" (dirty floating), a taxa de câmbio é determinada pela

- a) variação das reservas internacionais
- b) política monetária do Banco Central
- c) taxa fixada pelo Banco Central
- d) interação entre oferta e demanda de moeda estrangeira, sem qualquer intervenção do Banco Central no mercado de câmbio
- e) interação entre oferta e demanda de moeda estrangeira, com intervenções esporádicas do Banco Central no mercado de câmbio



O Mercado Cambial brasileiro é normatizado pelo Conselho Monetário Nacional, e gerido pelo Banco Central do Brasil (que no exercício de sua competência, busca disciplinar a operacionalização de todo o sistema, em consonância com as normas emanadas do órgão superior ao qual se reporta). Para a gestão deste segmento de mercado, usualmente, o Bacen dispõe de 3 políticas tradicionais, também denominadas regimes cambiais: regime de câmbio fixo, regime de câmbio flutuante ou regime de bandas cambiais (ou flutuação administrada, ou política cambial híbrida, ou ainda câmbio sujo).

A política de câmbio fixo possui um nome um tanto ingrato. Sim, porque dá a impressão de que a taxa de câmbio é "normativamente fixada" pela autoridade monetária. Mas não é. Na verdade, por se tratar de variáveis não passíveis de controle pelo Governo brasileiro, as próprias forças de mercado determinam a taxa de câmbio da moeda. Porém, considerando a capacidade de manutenção de reservas internacionais pelo Estado, pode-se interferir de forma artificial na conversão monetária, vendendo-se ou comprando-se moeda estrangeira para que assim se possa manter a taxa de câmbio no patamar pretendido pela política cambial.

Na política cambial flutuante, por sua vez, não há interferência governamental. Impera, no regime flutuante, a volatilidade monetária, sendo assim a taxa uma fiel representação das forças de mercado determinantes naquele momento. Obviamente, essa volatilidade pode não ser tão interessante sob a perspectiva da moeda nacional, que pode sofrer forte desvalorização frente à dinâmica de mercado.

Por fim, a política de bandas cambiais é aquela em que o Governo deixa o câmbio flutuar, mas com determinados períodos de intervenção. Neste regime, o Governo estipula faixas de controle do câmbio, e cada vez que a taxa se aproxima ou ultrapassa o limite previamente estabelecido, ocorre interferência artificial no mercado, pelos mesmos instrumentos de compra e venda operados no regime fixo. Durante muitos anos, essa foi a política adotada pelo Governo brasileiro, buscando assim manter a paridade do poder de compra da moeda nacional.

Letra e.

006. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA B"/2023) Para realizar suas operações internacionais de compra e venda de bens e serviços, as empresas importadoras e exportadoras fecham contratos de câmbio junto às instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central.

A equipe de atendimento de um banco, tendo como clientes duas empresas, uma exportadora e outra importadora, avaliaria que uma desvalorização do real frente ao dólar, tudo o mais constante, seria vantajosa para

- a) a empresa exportadora
- b) a empresa importadora
- c) os concorrentes estrangeiros da empresa exportadora
- d) os fornecedores da empresa importadora
- e) ambas as empresas



Uma desvalorização real da moeda brasileira em relação ao Dólar americano estimulará as exportações brasileiras, porque a desvalorização do Real, de um lado, representa a valorização do Dólar, do outro. Com a valorização do Dólar, o importador americano precisará de menos de sua moeda para comprar a mesma quantidade de produtos exportados pelo Brasil – ou seja, estimulando a venda para os EUA e, por conseguinte, as exportações brasileiras. Por isso, uma desvalorização do real frente ao dólar, tudo o mais constante, será vantajosa para a empresa exportadora.

Letra a.

007. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2023) Na hipótese de que todos os demais fatores permaneçam constantes, a sobrevalorização do Real brasileiro em relação ao Dólar norte-americano, em termos reais, por longo período de tempo, exerce efeito

- a) positivo sobre as exportações brasileiras

- b) neutro sobre as exportações brasileiras
- c) negativo sobre as viagens turísticas dos brasileiros aos Estados Unidos
- d) negativo sobre as importações brasileiras
- e) negativo sobre as exportações brasileiras



Devemos assinalar a alternativa CORRETA.

A sobrevalorização cambial é observada quando existe forte tendência de valorização da moeda nacional, empurrando para baixo o preço da moeda estrangeira.

- a) Errada. Com a valorização do Real, ocorre barateamento dos produtos estrangeiros, fomentando a importação, e consequente encarecimento dos produtos nacionais, desestimulando a exportação. Portanto, a sobrevalorização exerce efeito positivo sobre as importações, e negativo sobre as exportações brasileiras.
- b) Errada. Como descrito, a sobrevalorização exerce efeito positivo sobre as importações, e negativo sobre as exportações brasileiras.
- c) Errada. A sobrevalorização exerce efeito positivo sobre as viagens turísticas dos brasileiros aos Estados Unidos, pois com uma taxa de câmbio favorável fica mais barato para o residente realizar viagens internacionais.
- d) Errada. A sobrevalorização exerce efeito positivo sobre as importações, e negativo sobre as exportações brasileiras.
- e) Certa. A sobrevalorização exerce efeito negativo sobre as exportações brasileiras, porque encarece o produto nacional frente aos demais concorrentes estrangeiros, já que, em decorrência da taxa de câmbio favorável, o comprador estrangeiro precisará dispende de mais recursos para comprar a mesma quantidade de produto que compraria, não fosse o efeito da valorização.

Letra e.

008. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2023) Com base no diferencial entre as taxas de juros interna e externa, os agentes fazem projeções futuras do comportamento da taxa de câmbio R\$/US\$.

Considere que um título brasileiro para 360 dias seja negociado, hoje, à taxa pré-fixada de 13,5% a.a., ao passo que um título americano, de igual maturidade, a 4,5% a.a.

Admita, ainda, que a taxa de câmbio no mercado à vista seja cotada, hoje, a R\$5,20/US\$ e que, por simplificação, o risco-país seja igual a zero.

Se for válida a paridade descoberta dos juros interno e externo, e se todos os demais fatores se mantiverem constantes, o mercado espera, hoje, que, nos próximos 360 dias, o Real brasileiro tenha uma desvalorização, em relação ao Dólar, de

- a) 4,5%
- b) 5%
- c) 9%
- d) 18%
- e) 20%



Considerando que um título brasileiro para 360 dias seja negociado, hoje, à taxa pré-fixada de 13,5% a.a., ao passo que um título americano, de igual maturidade, a 4,5% a.a. Admitindo, ainda, que a taxa de câmbio no mercado à vista seja cotada, hoje, a R\$5,20/US\$ e que, por simplificação, o risco-país seja igual a zero.

Se for válida a paridade descoberta dos juros interno e externo, e se todos os demais fatores se mantiverem constantes, o mercado espera, hoje, que, nos próximos 360 dias, o Real brasileiro tenha uma desvalorização, em relação ao Dólar, de 9%.

Letra c.

009. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2023) A taxa de câmbio é definida, convencionalmente, como o preço de uma unidade de moeda estrangeira em termos da moeda nacional, ou seja, no Brasil, R\$/US\$.

Considere as seguintes taxas de câmbio (PTAX) informadas pelo Banco Central do Brasil:

22/12/2022: 1US\$ = R\$5,1865

23/12/2022: 1US\$ = R\$5,1439

No dia 23/12/2022, comparativamente ao dia anterior, o Real brasileiro, em relação ao Dólar norte-americano, registrou

- a) Apreciação.
- b) Depreciação.
- c) Subvalorização.
- d) equilíbrio real.
- e) paridade do poder de compra.



Do dia 22 para o dia 23, o custo de 1 US\$ passou de R\$ 5,1865 para R\$ 5,1439. Ou seja, em termos mais simples: antes para comprar 1 US\$, era preciso R\$ 5,1865; agora, para comprar o mesmo 1 US\$, é preciso R\$ 5,1439. O dólar, portanto, ficou mais barato na relação de dias estabelecida no enunciado. O barateamento da moeda estrangeira é traduzido como apreciação da moeda nacional, pois, num cenário de valorização, o Real fica mais caro para o agente estrangeiro.

Letra a.

010. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE DE TECNOLOGIA/2023) As operações diárias de compra e venda de divisas estrangeiras (dólares, euros, libras esterlinas, dentre outras) são parte integrante do mercado

- a) monetário
- b) cambial
- c) acionário
- d) creditício
- e) de trabalho



Devemos assinalar a alternativa CORRETA.

O Mercado Cambial (Mercado de Câmbio) é o segmento do Mercado Financeiro em que se processam as operações com moedas estrangeiras. Em regra, o Mercado de Câmbio reúne os agentes que, com finalidades distintas, realizam transações com o exterior, abrangendo instituições financeiras, bancos centrais, investidores, operadores do comércio internacional etc.

A operações de câmbio envolvem não apenas a conversão da moeda nacional em moeda estrangeira. Nesse mercado, são possíveis quaisquer operações com moedas estrangeiras, ainda que a operação não envolva propriamente o Real, observados os ditames legais aplicáveis. Sendo assim, são percebidas 3 (três) operações fundamentais:

- compra: em que o operador busca adquirir moeda estrangeira, em troca pela moeda nacional;
- venda: em que o operador busca adquirir moeda nacional, em troca pela moeda estrangeira em sua titularidade;
- arbitragem: em que o operador realiza transações exclusivamente em moeda estrangeira (compra e venda).

Letra b.

011. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BANRISUL/2023) As pessoas físicas e jurídicas que, em última análise, formam o mercado de câmbio, são os demandadores e os ofertadores de moeda estrangeira.

Assim, os(as)

- a) exportadores de bens e serviços, residentes no Brasil, demandam moeda estrangeira no mercado de câmbio.
- b) importadores de bens e serviços, residentes no Brasil, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.
- c) tomadores de empréstimos no exterior, residentes no Brasil, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio ao repagarem seus empréstimos externos.

- d) turistas estrangeiros que vêm ao Brasil oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.
- e) empresas no Brasil, com sócios estrangeiros, ao pagar dividendos aos seus sócios, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.



Devemos assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Errada. Exportadores de bens e serviços, residentes no Brasil, ofertam moeda estrangeira no mercado de câmbio nacional, pois recebem a remuneração de sua contraprestação em moeda estrangeira. Por isso que um processo de desvalorização da moeda nacional tende a estimular as exportações, pois os exportadores tendem a receber mais em moeda nacional dada a mesma quantidade de divisas recebidas pela exportação.
- b) Errada. Importadores de bens e serviços, residentes no Brasil, demandam moeda estrangeira no mercado de câmbio interno, pois precisam dos recursos para realizar o pagamento de suas demandas. Por isso, num processo de desvalorização da moeda nacional, o importador é prejudicado, pois precisará de mais moeda nacional para angariar os mesmos recursos em moeda estrangeira.
- c) Errada. Ao repagarem seus empréstimos externos, os tomadores de empréstimos no exterior, residentes no Brasil, demandam moeda estrangeira no mercado de câmbio, pois o pagamento de suas obrigações é processado em moeda estrangeira, não em reais.
- d) Certa. Turistas estrangeiros que vêm ao Brasil oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio, pois precisam realizar o câmbio de recursos estrangeiros com a moeda nacional.
- e) Errada. Empresas no Brasil, com sócios estrangeiros, ao pagar dividendos aos seus sócios, demandam moeda estrangeira no mercado de câmbio, pois, via de regra, sócios estrangeiros, residentes no exterior, demandarão moeda estrangeira.

Letra d.

012. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) O mercado de câmbio brasileiro registrou, no fechamento do dia 09/12/2021, as seguintes cotações de venda do Euro (€), medidas, respectivamente, em Dólares (US\$) e em Reais (R\$):

1 € = US\$1,1286

1 € = R\$6,2710

As taxas de câmbio cruzadas indicam que a cotação de venda do Dólar, medida em Reais, naquele mesmo dia, foi de

a) 1 US\$ = R\$7,0775

b) 1 US\$ = R\$6,2710

c) 1 US\$ = R\$5,5564

d) 1 US\$ = R\$5,4585

e) 1 US\$ = R\$0,1799



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

Sabendo que:

1 € = US\$ 1,1286 1 € = R\$ 6,2710

Temos que:

US\$ 1 = 1 € / 1,1286 = US\$ 0,8861/€

É possível calcular a taxa de câmbio cruzada (€ - US\$ - R\$) através da seguinte expressão:

US\$ 1 = 0,8861 x (R\$ 6,2710) = R\$ 5,5567/US\$

Portanto, CORRETA a letra C = 1 US\$ = R\$ 5,5564/US\$.

Letra c.

013. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) Admita que a taxa de câmbio real de equilíbrio no Brasil seja estimada, num determinado dia, em R\$4,20/US\$. Se, nesse mesmo dia, o Dólar for cotado a uma taxa de câmbio nominal de R\$5,40/US\$, é indicativo de que o Real brasileiro está

- a) Sobrevalorizado
- b) Subvalorizado
- c) nem subvalorizado nem sobrevalorizado
- d) em paridade real do poder de compra com o Dólar
- e) menos competitivo que o Dólar



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

Em determinado dia, a taxa de câmbio real está estimada em R\$ 4,20/US\$. Isto quer dizer que um agente deverá dispendar R\$ 4,20 para comprar uma unidade monetária de dólar (US\$ 1,00).

Mais tarde, no mesmo dia, o mesmo agente precisará dispendar R\$ 5,40 para comprar a mesma unidade monetária de dólar (US\$ 1,00). Ou seja, o valor da moeda norte americana, em relação ao real, aumentou. Por consequência, a moeda brasileira desvalorizou em relação do dólar, tornando-se, assim, subvalorizada.

Letra b.

014. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) Na bolsa de valores brasileira (B3), os investidores interessados em negociar contratos futuros de cupom cambial, relativos

a depósitos interfinanceiros, objetivam, fundamentalmente, buscar proteção contra flutuações dos(as)

- a) preços das ações negociadas em balcão.
- b) preços das commodities negociadas em balcão.
- c) preços dos títulos negociados no Tesouro direto.
- d) taxas de juros referenciadas ao Dólar.
- e) taxas de juros referenciadas ao Real.



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

A intenção, neste caso, é buscar proteção contra flutuações das taxas de juros referenciadas ao Dólar. Conforme disposto no site da B3:

Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia (Cupom Cambial de DI1)

O contrato funciona como uma ferramenta de proteção contra flutuações da taxa de juro referenciada ao dólar. Para entendermos o Contrato Futuro de Cupom Cambial devemos ter em mente aspectos macroeconômicos, em especial, a paridade de juros. Assim, o cupom cambial pode ser interpretado como o rendimento em dólares para estrangeiros que assumem o risco de investir no Brasil.

O ativo subjacente do contrato, portanto, é a taxa de juro calculada pela diferença entre a taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (DI) e a variação cambial medida pela PTAX800, calculada e divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Considerando uma instituição que queira investir na taxa de juro brasileira e precise se proteger contra o risco da variação cambial por conta da internalização de dólares, o Contrato Futuro de Cupom Cambial mostra-se um instrumento de proteção eficiente, pois remunera o investidor pela diferença entre a variação da taxa de juro em dólar contratada e a realizada do período. Importante considerar que o contrato é negociado em taxa de juro “suja”, ou seja, desconsidera-se a variação cambial entre o momento do negócio e a PTAX do dia útil anterior à data de negociação.

Letra d.

015. (CESGRANRIO/TÉCNICO BANCÁRIO (BASA/2022) Uma casa de câmbio no Brasil apresentava a seguinte Tabela com relações entre o real e diversas moedas estrangeiras:

Moeda	R\$
Dólar americano	5,5627
Euro	6,4477
Libra esterlina	7,5207
Yuan chinês	0,8673

Com base nestas informações, conclui-se que com um real pode-se comprar, aproximadamente

- a) 0,1330 euro
- b) 0,1327 dólar americano
- c) 1,1530 yuan chinês
- d) 0,1551 libra esterlina
- e) 0,1798 euro



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

Analisando R\$ 1,00 em relação às cotações apresentadas, temos as seguintes proporções:

Dólar americano = R\$ 1,00 / US\$/R\$ 5,5627 = US\$ 0,1797

Euro = R\$ 1,00 / E/R\$ 6,4477 = E\$ 0,1550

Libra esterlina = R\$ 1,00 / L/R\$ 7,5207 = L\$ 0,1329

Yuan chinês = R\$ 1,00 / Y/R\$ 0,8673 = Y\$ 1,1530

Portanto, com um real pode-se comprar, aproximadamente Y\$ 1,1530. CORRETA a letra C.

Letra c.

016. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA) /TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022) Considere que um investidor estrangeiro, ao internalizar US\$200 milhões no Brasil, tenha feito, no mesmo dia, uma aplicação financeira em Reais (R\$) para resgate após 360 dias, à taxa de juros prefixada de 6,5% a.a. Admita, adicionalmente, que, no dia da aplicação, ele tenha convertido os Dólares internalizados em Reais à taxa de câmbio de R\$5,40/US\$, cotada no mercado à vista.

Considerando-se que a aplicação tenha sido feita a descoberto (sem hedging cambial), caso no dia do resgate a taxa de câmbio no mercado à vista tenha sido de R\$5,30/US\$, o ganho nominal total (principal mais juros) do investidor, em Dólares, terá sido de

- a) 213 milhões
- b) 217,019 milhões
- c) 1,080 bilhão
- d) 1,150 bilhão
- e) 6,096 bilhões



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

Vamos segmentar a questão em 3 momentos distintos.

1. Internalização

Na internalização, o investidor separa um montante para aplicação no valor de US\$ 200.000.000,00. Convertendo-se em Reais, a internalização informa um montante R\$ 1.080.000.000,00:

US\$ 200.000.000,00 x R\$ 5,40 = R\$ 1.080.000.000,00

2. Aplicação

Com a aplicação do valor de R\$ 1.080.000.000,00, o investidor obtém um rendimento no valor de R\$ 70.200.000,00, remontando um total de R\$ 1.150.200.000,00:

$$R\$ 1.080.000.000,00 \times 6,5\% \times 1 \text{ ano (360 dias)} = R\$ 1.150.200.000,00$$

3. Resgate

No resgate, a taxa de câmbio é reduzida a R\$ 5,30, impactando sobre a conversão, que resulta num montante de R\$ 217.018.867,92:

$$R\$ 1.150.200.000,00 / R\$ 5,30 = R\$ 217.018.867,92 \text{ ou, aproximadamente, } 217,019 \text{ milhões}$$

Letra b.

017. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022)

Considere que a taxa de câmbio real de equilíbrio do Real em relação ao Dólar (R\$/US\$) tenha sido estimada em R\$3,70/US\$, em dezembro de 2019 (média do mês). Admita, adicionalmente, que as taxas acumuladas de inflação no Brasil e nos Estados Unidos tenham sido de, respectivamente, 15,90% e 5,66%, entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Para que fosse mantida a paridade relativa real do poder de compra, a taxa de câmbio de equilíbrio, em dezembro de 2021, deveria ter sido, em média, de

- a) R\$3,70/US\$
- b) R\$4,08/US\$
- c) R\$4,29/US\$
- d) R\$5,40/US\$
- e) R\$13,94/US\$



Devemos assinalar a alternativa CORRETA.

A questão trata da paridade do poder de compra. Lembremos que a

$$PPC = e * \frac{P_1}{P_2}$$

PPC é calculada pela seguinte fórmula:

Onde:

PPC = Paridade do Poder de Compra

e = taxa de câmbio nominal

P1 = preço da cesta no país A

P2 = preço da cesta no país B

A questão já nos entrega a taxa de câmbio antes de considerar a inflação apurada: R\$ 3,70/US\$.

Para apurar a PPC antes dos efeitos da inflação, vamos supor a existência de uma cesta hipotética, formada por apenas 1 bem, na medida de US\$ 1,00 para R\$ 5,00. Sendo assim:

$$PPC = 3,70 * \frac{1,00}{5,00}$$

$$PPC = 0,74$$

Para apurar a PPC após a inflação, vamos efetivar os cálculos com a inflação aplicada, considerando a PPC alcançada e procurando a taxa de câmbio de equilíbrio necessária:

$$0,74 = e * \frac{1,0566}{5,795}$$

$$0,74 = e * 0,1823$$

$$e = \frac{0,74}{0,1823}$$

$$e = 4,05$$

Por aproximação, portanto, podemos chegar à taxa de câmbio de equilíbrio de R\$ 4,08/US\$.

Letra b.

018. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2021) De acordo com os dados do Banco Central do Brasil, entre dezembro de 2019 e outubro de 2020, a taxa de câmbio aumentou, em média, de R\$4,11/US\$ para R\$5,63/US\$, representando uma depreciação de 37% da moeda brasileira, em termos nominais, e de 35%, em termos reais. Considerando os fatores que determinam as alterações na taxa de câmbio ao longo do tempo, a depreciação observada no período assinalado refletiu a(o)

- a) entrada líquida expressiva de dólares no Brasil.
- b) venda de reservas internacionais por parte do Banco Central do Brasil.
- c) fuga de capitais, diante da incerteza com respeito aos impactos da crise pandêmica.
- d) aumento do diferencial entre as taxas de juros internas e externas.
- e) aumento das posições compradas da moeda brasileira nos mercados futuros de câmbio.



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

a) Errada. A entrada de dólares no Brasil repercutiria sobre a valorização (não desvalorização) da moeda brasileira, em função do aumento de reservas internacionais. Sobre a manutenção de reservas internacionais, dispõe o Bacen o seguinte:

As reservas internacionais são os ativos do Brasil em moeda estrangeira e funcionam como uma espécie de seguro para o país fazer frente às suas obrigações no exterior e a choques de natureza externa, tais como crises cambiais e interrupções nos fluxos de capital para o país.

No caso do Brasil, que adota o regime de câmbio flutuante, esse colchão de segurança ajuda a manter a funcionalidade do mercado de câmbio de forma a atenuar oscilações bruscas da moeda local – o real – perante o dólar, dando maior previsibilidade e segurança para os agentes do mercado.

Essas reservas, administradas pelo Banco Central, são compostas principalmente por títulos, depósitos em moedas (dólar, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), direitos especiais de saque junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), depósitos no Banco de Compensações Internacionais (BIS), ouro, entre outros ativos.

A alocação das reservas internacionais é feita de acordo com o tripé segurança, liquidez e rentabilidade, nessa ordem, sendo a política de investimentos definida pela Diretoria Colegiada do Banco Central.

b) Errada. A venda de reservas internacionais no mercado interno, realizada pelo Banco Central, tende a repercutir sobre a valorização da moeda nacional, disponibilizando um volume maior de recursos para o mercado sem o compromisso de recompra e buscando evitar um cenário de desconfiança em relação à fragilidade financeira a que o país possa estar sujeito. Via de regra, o Bacen propõe a venda de reservas como medida para o controle do câmbio, buscando repercutir sobre a alta desmedida da moeda estrangeira. No regime de câmbio flutuante atualmente estabelecido, contudo, este cenário pode não se concretizar.

c) Certa. Diante da incerteza com respeito aos impactos da crise gerada pela pandemia da Covid-19, investidores estrangeiros tendem a reduzir o volume de investimentos no mercado brasileiro e retornar seus recursos para posições historicamente mais sólidas e menos voláteis (fuga de capitais). Com a redução de capitais estrangeiros, ocorre a desvalorização do câmbio.

d) Errada. Um aumento da taxa de juros tende a atrair investimentos estrangeiros e, por conseguinte, valorizar a taxa de câmbio. De acordo com o Bacen:

Os mecanismos de transmissão da política monetária são os canais por meio dos quais mudanças na taxa Selic (que é o principal instrumento de política monetária à disposição do Banco Central (BC) afetam o comportamento de outras variáveis econômicas, principalmente preços e produto.

A política monetária afeta os preços da economia por meio: (i) da decisão entre consumo e investimento das famílias e empresas; (ii) da taxa de câmbio; (iii) do preço dos ativos; (iv) do crédito; e (v) das expectativas.

O canal de transmissão das taxas de juros para as decisões de consumo e investimento é o canal mais conhecido da política monetária. Quando a taxa Selic sobe, as taxas de juros reais também tendem a subir. A elevação da taxa real de juros, por sua vez, pode levar à diminuição de investimentos pelas empresas e à diminuição de consumo por parte das famílias – o que, por sua vez, tende a reduzir a demanda por bens e serviços da economia, contribuindo para a redução da inflação.

Outro canal importante de transmissão da política monetária é o da taxa de câmbio, principalmente em economias abertas. Quando a taxa de juros sobe, a moeda doméstica tende a se valorizar (o dólar fica mais barato frente ao Real), diminuindo o nível de preços dos bens comercializáveis internacionalmente quando expressos em moeda nacional. A taxa de câmbio afeta a inflação por dois mecanismos. O primeiro é a diminuição dos preços de bens de consumo importados e de insumos utilizados na produção de bens. O outro efeito ocorre por meio da demanda agregada. O dólar mais barato desincentiva as exportações e estimula as importações. Com isso, a demanda por bens domésticos cai, reduzindo a pressão sobre o nível de preços.

A política monetária atua também por meio de variações na riqueza dos agentes econômicos em virtude de alterações da taxa de juros. Por exemplo, um aumento nas taxas de juros, ao desestimular a atividade econômica e o lucro das empresas, tende a diminuir o preço das ações. Essa redução do valor da riqueza financeira das famílias e empresas pode desestimular o consumo e os planos de investimento.

O quarto canal de transmissão da política monetária é o canal do crédito. Ao aumentar a taxa de juros, o banco central estimula que as taxas cobradas por empréstimos bancários também subam, diminuindo o volume de empréstimos a pessoas e empresas, desestimulando o consumo e o investimento.

Por fim, outro canal importante é o das expectativas. Ao alterar a taxa de juros, a ação do banco central pode mudar as expectativas quanto à evolução da economia. Por exemplo, ao elevar a Selic para conter pressões inflacionárias, o banco central sinaliza um nível de atividade mais contido não apenas no presente, mas também para o futuro. Com isso, famílias e empresas passam a acreditar que a inflação, no futuro, estará mais baixa. Como resultado, os preços definidos hoje já tendem a aumentar menos pois os agentes sabem que as condições econômicas futuras não mais darão suporte a aumentos maiores de preços. Assim, choques de custos na economia tendem a se propagar de forma mais limitada na economia, reduzindo seus efeitos inflacionários. Essa propagação é chamada, na literatura econômica, de efeitos secundários ou de segunda ordem. É fundamental um elevado nível

de credibilidade do banco central para que esse canal opere de forma adequada. No caso de baixa credibilidade, ocorre o oposto: choques tendem a se amplificar, gerando uma inflação maior.

e) Errada. Ao contrário do disposto, a depreciação observada no período assinalado poderia refletir um aumento das posições vendidas da moeda brasileira nos mercados futuros de câmbio.

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/transmissaopoliticamonetaria>

Letra c.

019. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA B"/2021) Aqueles que participam do mercado de câmbio de um país podem ser divididos entre os que produzem divisas e os que cedem divisas.

Produzem e cedem divisas, respectivamente, os

- a) exportadores; os turistas estrangeiros.
- b) importadores; os que fazem transferências para o exterior.
- c) que recebem transferências do exterior; os que remetem lucro ao exterior.
- d) tomadores de investimentos quando remetem dividendos ao exterior; os exportadores.
- e) tomadores de empréstimos quando remetem o principal ao exterior; os importadores.



A sentença segue a lição de Eduardo Fortuna:

Os elementos que participam do mercado de câmbio se dividem nos que produzem divisas – trazem dólares para o país, e nos que cedem divisas – remetem dólares ao exterior.

Os que produzem são: os exportadores; os tomadores de empréstimos e investimentos, quando trazem recursos; os turistas estrangeiros; e os que recebem transferências do exterior.

Os que cedem são: os importadores; os tomadores de empréstimos, quando remetem ao exterior o principal e os juros; os tomadores de investimentos, quando remetem ao exterior os rendimentos do capital investido (lucros/dividendos); e os que fazem transferências para o exterior (2008, p. 395).

Diante do exposto, podemos indicar como CORRETA a letra C: produzem e cedem divisas, respectivamente, os que recebem transferências do exterior; os que remetem lucro ao exterior.

Letra c.

020. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2021) As relações internacionais implicam relações de trocas entre as moedas, ou seja, a variável econômica

conhecida como taxa de câmbio. Assim, quanto mais valorizada for a moeda de um país, menor será o poder de competitividade do produto desse país, piorando o saldo em transações correntes.

Nesse sentido, uma valorização cambial

a) desestimula tanto as importações quanto as exportações, mas com uma desvalorização cambial ocorre o inverso.

b) desestimula as importações e estimula as exportações, e com uma desvalorização cambial ocorre o mesmo.

c) desestimula as importações e estimula as exportações, mas com uma desvalorização cambial ocorre o inverso.

d) estimula as importações e desestimula as exportações, e com uma desvalorização cambial ocorre o mesmo.

e) estimula as importações e desestimula as exportações, mas com uma desvalorização cambial ocorre o inverso.



Com a valorização cambial, os produtos estrangeiros tornam-se mais baratos para os consumidores do mercado interno. Isto porque a moeda passa a ter um peso maior no mercado internacional, sendo igualmente valorizada em relações de câmbio. Assim, numa relação de valorização cambial a favor do Real, o exportador estrangeiro tenderá a aceitar com maior facilidade a moeda brasileira, reconhecendo seu valor nas transações processadas e buscando a ampliação de seu alcance no mercado externo. Daí afirmar, portanto, que a valorização cambial estimula as importações.

4De outra feita, a valorização cambial tem efeito reverso sobre a exportações. Com o aumento do peso da moeda brasileira no mercado cambial, os produtos nacionais passam a ser precificados com a incorporação deste aumento. Assim, um produto que antes custava US\$ 1,00 no mercado internacional agora passa a custar US\$ 1,20, em decorrência da valorização da moeda nacional. Este processo, portanto, desestimula a exportação de produtos e serviços nacionais, em decorrência do encarecimento destes frente ao cenário internacional.

A análise do processo de desvalorização cambial, por sua vez, segue o caminho exatamente oposto (*ceteris paribus*): produtos estrangeiros tornam-se mais caros, desestimulando as importações; produtos nacionais tornam-se mais baratos, estimulando as exportações.

Letra e.

021. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2021) A relação entre a mudança de percentual na taxa de câmbio à vista, ao longo do tempo, e o diferencial

entre taxas de juros comparáveis em diferentes mercados de capitais nacionais é conhecida como o efeito Fisher internacional.

O Fisher-open, como é frequentemente chamado, indica que as taxas de câmbio à vista devem mudar em uma quantidade

- a) diferente, mas em direção oposta à diferença nas taxas de juros entre dois países.
- b) diferente, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.
- c) desconhecida, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.
- d) igual, mas em direção oposta à diferença nas taxas de juros entre dois países.
- e) igual, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.



O efeito Fisher internacional (ou Fisher-open) nasce da combinação das premissas do Efeito Fisher com a versão relativa da paridade do poder de compra (PPC). É informado pela seguinte equação:

$$id - ie = (EF - ES) / ES$$

Onde:

id: taxa de juros doméstica (interna)

ie: taxa de juros externa

EF: câmbio a termo em moeda estrangeira

ES: câmbio à vista

Este modelo indica que as taxas de câmbio à vista devem variar igualmente, mas em sentido contrário, à diferença apresentada entre as taxas de juros percebidas entre dois países. Percebe-se que este modelo indica uma tendência de equilíbrio entre as taxas de juros e câmbio entre dois países.

Letra d.

022. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/"PROVA C"/2021) Com a pandemia, observou-se intensa volatilidade das taxas de câmbio cotadas nos mercados de câmbio à vista no Brasil. Segundo dados do Banco Central do Brasil, a taxa de câmbio média negociada nos mercados à vista foi de R\$5,46/US\$ em agosto de 2020, comparativamente à taxa média de R\$5,28/US\$, observada em julho desse mesmo ano.

Sendo assim, constata-se que, entre julho e agosto de 2020, o Real brasileiro mostrou, em relação ao Dólar norte-americano,

- a) apreciação média de cerca de 3,41%, em termos nomina
- b) apreciação média de cerca de 3,41%, em termos reais
- c) depreciação média de cerca de 3,41%, em termos nominais
- d) depreciação média de cerca de 3,41%, em termos reais
- e) a mesma paridade nominal do poder de compra



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

Analisemos os fatos em ordem cronológica – o que é fundamental para a interpretação da questão:

julho/2020: R\$ 5,28/US\$

agosto/2020: R\$ 5,46/US\$

Em julho, precisávamos de “apenas” R\$ 5,28 para comprar US\$ 1,00. Já em agosto, foi necessário despendar de R\$ 5,46 para comprar a mesma unidade da moeda estrangeira. Se precisamos de mais para adquirir uma mesma quantidade de um bem (moeda, neste caso), podemos afirmar que houve desvalorização (depreciação). Assim, mesmo sem saber a variação percentual, já eliminamos as alternativas “a”, “b” e “e”.

Para calcular a variação cambial, podemos proceder da seguinte forma:

Variação cambial %: $((5,46 / 5,28) - 1) * 100 = 3,409090909090909$, ou aproximadamente 3,41%.

Agora, essa variação é nominal ou real? Nominal, pois desconsidera o processo inflacionário atrelado à moeda.

Nesse sentido, podemos dizer que, entre julho e agosto de 2020, o Real brasileiro mostrou, em relação ao Dólar norte-americano, depreciação média de cerca de 3,41%, em termos nominais. Portanto, CORRETA a letra C.

Letra c.

023. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2018) A reação dos mercados de câmbio ontem deu uma boa sinalização de qual pode ser o caminho caso Washington intensifique o tom em relação às relações comerciais dos Estados Unidos com o restante do mundo. As moedas emergentes recuaram a mínimas em dez dias, segundo dados do Deutsche Bank, sob peso da queda de divisas correlacionadas às matérias-primas – como o rand sulafricano e o real brasileiro (...). No Brasil, o dólar fechou em alta de 0,90%, para R\$3,290, no maior nível desde o último 9 de fevereiro. Na máxima, a cotação beirou os R\$3,30 ao tocar R\$3,2966.

CASTRO, J. Dólar deve subir no curto prazo, dizem analistas.
Valor Econômico, 15 mar. 2018, p.C2. Adaptado.

Em países que adotam o regime de câmbio flutuante, as mudanças diárias observadas nas taxas de câmbio estão relacionadas a diversos fatores.

Considerando-se, no entanto, exclusivamente, a matéria jornalística, o principal fator que explica a desvalorização do real brasileiro no movimento diário do mercado de câmbio descrito no texto foi a(o)

a) aumento da oferta de divisas no mercado de câmbio

- b) forte intervenção do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio
- c) situação política corrente no Brasil
- d) piora das condições macroeconômicas no Brasil
- e) incerteza futura e maior percepção de risco por parte dos investidores



Versa a questão acerca de matéria jornalística que aborda as movimentações no mercado de câmbio internacional, ou seja, nas relações de valor entre as diversas moedas existentes. Tais movimentações do valor de uma moeda em relação às demais indica que o valor desta moeda não é fixo, oscilando em função de inúmeras circunstâncias, a denotar o que conhecemos como câmbio flutuante. Analisemos as alternativas, buscando aquela que, nos termos do texto mencionado, explicaria a desvalorização do real:

- a) Errada. Afora o fato de o texto não mencionar qualquer aumento da oferta de divisas, temos igualmente de considerar que, partindo do conceito de divisa como moeda estrangeira, qualquer aumento da oferta de moeda estrangeira (basicamente o dólar) no Brasil resultaria em valorização do real, e não em sua desvalorização.
- b) Errada. Além de não haver menção no texto quanto a qualquer intervenção do Banco Central, há que se igualmente considerar que tais intervenções do Banco Central no mercado de câmbio não podem ser tão expressivas a ponto de por em dúvida o caráter flutuante do regime cambial adotado no país.
- c) Errada. Não há nenhuma alusão no texto jornalístico presente no comando da questão em relação à situação política no Brasil, não se podendo assim considerar tal elemento como fator a justificar a desvalorização cambial referida.
- d) Errada. Da mesma forma, não há, no texto, qualquer referência no que tange a uma piora das condições macroeconômicas no Brasil, o que, todavia, ressaltar-se, justificaria uma desvalorização da moeda brasileira, caso tal fator houvesse sido efetivamente citado.
- e) Certa. Quando o texto aborda possível “[...] reação dos mercados de câmbio [...] caso Washington intensifique o tom em relação às relações comerciais dos Estados Unidos com o restante do mundo”, verifica-se que o texto defende que há, no mercado, dúvida quanto aos acontecimentos futuros, o que aumenta a percepção de risco dos agentes econômicos. Por conseguinte, tais agentes passarão a exigir um prêmio de risco maior para permanecer vinculados a moedas mais fracas (como o real), reduzindo a oferta de divisas nas condições originais, o que explicaria uma desvalorização da moeda nacional em tal situação.

Letra e.

024. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2018)
Reguladas pelo Banco Central, as instituições financeiras autorizadas a operar todas as operações no mercado de câmbio são(é)

- a) as agências de fomento
- b) os estabelecimentos comerciais
- c) os bancos de desenvolvimento
- d) os bancos múltiplos
- e) a Caixa Econômica



Gabarito da Banca: Letra D

Gabarito Nosso: ANULADA (alternativas D e E corretas)

Acerca da regulamentação aplicável ao mercado de câmbio, devemos nos valer da Resolução CMN n. 3.568/2008, que logo em seus arts. 2º e 3º trata das autorizações para a prática de operações no mercado de câmbio:

Art. 2º As autorizações para a prática de operações no mercado de câmbio podem ser concedidas pelo Banco Central do Brasil a bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos de câmbio, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio.

Art. 3º Os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio podem realizar as seguintes operações:

I – Bancos, exceto de desenvolvimento, e a Caixa Econômica Federal: todas as operações do mercado de câmbio;

II – Bancos de desenvolvimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento: operações específicas autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

III – sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio:

c) operações de câmbio com clientes para liquidação pronta de até US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou o seu equivalente em outras moedas; e

d) operações no mercado interbancário, arbitragens no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior;

IV – Agências de turismo, observado o prazo de validade da autorização de que trata o art. 4º-A: compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem relativos a viagens internacionais.

Assim, verifica-se a partir da leitura do art. 3º, I, que tanto os bancos múltiplos quanto a Caixa Econômica Federal estão autorizados a realizar todas as operações do mercado de câmbio. Como a alternativa E cita “a Caixa Econômica”, entendemos que a menção é feita à Caixa Econômica Federal, mormente considerando que à época do concurso em questão já não havia caixas econômicas estaduais operando no Brasil, e que, portanto, a alternativa deveria ser considerada correta. Assim, considerando igualmente não haver dúvida quanto

à correção da alternativa D, entendemos pela existência de mais de uma alternativa correta (alternativas D e E), o que acarretaria a anulação da questão.

Letra d.

025. (CESGRANRIO/TÉCNICO CIENTÍFICO (BASA)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2018) Existe uma modalidade de financiamento às exportações por meio da qual o agente financiador, após a avaliação e aprovação da operação, formaliza um contrato de financiamento com o importador/devedor, com interveniência do exportador.

Essa modalidade de financiamento é denominada

- a) financiamento à exportação pré-embarque
- b) adiantamento sobre cambiais entregues (ACE)
- c) adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)
- d) buyer's credit
- e) supplier's credit



A questão relaciona diferentes mecanismos de financiamento à exportação, e questiona em qual deles o agente financiador, após a avaliação e aprovação da operação, formaliza um contrato de financiamento com o importador/devedor, com interveniência do exportador. Analisemos individualmente cada um dos mecanismos apresentados em busca da alternativa correta.

a) Errada. Trata-se de uma modalidade em que o exportador solicita o financiamento em momento bastante anterior à exportação, podendo inclusive ser efetuado anteriormente à produção do bem. O financiamento, contudo, será pago apenas após a produção e efetiva exportação do bem.

b) Errada. O ACE (adiantamento sobre cambial entregue) é um mecanismo de financiamento à exportação que consiste em um adiantamento, total ou parcial, de recursos em moeda nacional de uma exportação/prestação de serviços, que ocorre quando a mercadoria já está pronta e embarcada, com prazo que pode se estender em até 180 dias da data de embarque.

c) Errada. O ACC (adiantamento sobre contratos de câmbio), tal qual o ACE, é um adiantamento, total ou parcial, de recursos em moeda nacional de uma exportação/prestação de serviços, mas que, ao contrário desta última, dá-se em momento anterior ao embarque da mercadoria.

d) Certa. Neste mecanismo, o banco (enquanto agente financiador) concede o financiamento diretamente à figura do importador estrangeiro, permanecendo apenas este como responsável pelo adimplemento da operação de crédito.

e) Errada. Neste caso, ao contrário do buyer's credit, o financiamento é concedido por um banco ao exportador, mediante desconto das cambiais representativas de vendas a prazo, ficando o exportador como responsável pelo adimplemento da operação creditícia.

Assim, resta claro que o gabarito da questão é a alternativa D.

Fonte: FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 17ª ed. rev. e atual. Qualitymark, 2008.

Letra d.

026. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2015) Uma desvalorização cambial da moeda brasileira (real) frente à moeda norte-americana (dólar), implica a(o)

- a) diminuição do número de reais necessários para comprar um dólar
- b) diminuição do estoque de dólares do Banco Central do Brasil
- c) diminuição do preço em reais de um produto importado dos EUA
- d) estímulo às exportações brasileiras para os EUA
- e) aumento das cotações das ações das empresas importadoras na bolsa de valores



Questão mais atual não há do que esta:

- a) Errada. Pelo contrário, com a valorização do dólar, perante o real é necessário maior quantidade de moeda local para a compra desta moeda estrangeira.
- b) Errada. Não necessariamente. O regime de câmbio no Brasil, teoricamente, é flutuante, portanto, o Banco Central pode ou não atuar no mercado. Com isso seu estoque pode cair ou não.
- c) Errada. Pergunta em linha com item a. Como é necessário maior quantidade de reais para a compra de uma mesma mercadoria precificada em dólares, o preço em reais tenderá a aumentar.
- d) Certa. Será necessária uma quantidade menor de dólares para a compra de uma quantidade de produtos em reais, portanto, no mercado estrangeiro, os produtos locais se tornam mais competitivos.
- e) Errada. Com o dólar valorizado, o custo das mesmas aumenta, que repassa o preço para os consumidores. Dependendo do produto, pode haver retração da demanda, e com isso, o seu fluxo de caixa tende a cair, e indiretamente, o valor teórico de suas ações também.

Letra d.

027. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2012) O mercado cambial é o segmento financeiro em que ocorrem operações de negociação com moedas internacionais. A operação que envolve compra e venda de moedas estrangeiras em espécie é denominada

- a) câmbio manual
- b) câmbio sacado
- c) exportação

- d) importação
- e) transferência



Câmbio manual são as operações de compra e venda de moedas estrangeiras para entrega em espécie. O mercado inclui nessa modalidade também as operações para entrega em cheques de viagem (traveler check), embora conceitualmente essas sejam de câmbio sacado. Como exemplo, pode-se citar a venda ou a compra de moeda para aqueles que vão deixar o país ou estão retornando de suas viagens.

Esta modalidade câmbio diferencia-se do “câmbio sacado”, que constitui-se nas operações de câmbio liquidadas por débito ou crédito nas contas em moedas estrangeiras mantidas no exterior pelos bancos vendedores ou compradores, através de ordens de pagamentos, cheques, autorizações de crédito e de débito etc. Por razões que dispensam maiores comentários, a grande maioria das operações de valor expressivo são de “câmbio sacado”.

Letra a.

028. (CESGRANRIO/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2010) O mercado de câmbio envolve a negociação de moedas estrangeiras e as pessoas interessadas em movimentar essas moedas. O câmbio manual é a forma de câmbio que

- a) pratica a importação e a exportação por meio de contratos.
- b) pratica a troca de moeda estrangeira por uma mercadoria.
- c) envolve a compra e a venda de moedas estrangeiras em espécie.
- d) envolve a troca de títulos ou documentos representativos da moeda estrangeira.
- e) exerce a função de equilíbrio na balança comercial externa.



No Brasil, o mercado de câmbio é o ambiente onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central e entre estes e seus clientes, diretamente ou por meio de seus correspondentes. O mercado de câmbio é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central e compreende as operações de compra e de venda de moeda estrangeira, as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no País e residentes, domiciliados ou com sede no exterior e as operações com ouro-instrumento cambial, realizadas por intermédio das instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências do e para o exterior mediante a utilização de cartões de uso internacional, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive vales postais e reembolsos postais internacionais. Quaisquer

pagamentos ou recebimentos em moeda estrangeira podem ser realizados no mercado de câmbio, inclusive as transferências para fins de constituição de disponibilidades no exterior e seu retorno ao País e aplicações no mercado financeiro. As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, observada a legalidade da transação, tendo como base a fundamentação econômica e as responsabilidades definidas na respectiva documentação.

Vamos aos itens:

- a) Errada. Definição para hedge cambial.
- b) Errada. Não há operação de câmbio.
- c) Certa. Câmbio manual está relacionado a moeda em espécie.
- d) Errada. Similar ao item a, poderia ser hedge cambial.
- e) Errada. Não é definição de câmbio.

Letra c.

029. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/20203) Quanto a noções do mercado de câmbio, analise os itens a seguir.

I – O mercado de câmbio é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil (BCB) em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

II – As taxas de compra e venda de moeda estrangeira no mercado de câmbio brasileiro são livremente pactuadas entre as partes.

III – As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira, sem limitação de valor, desde que observada a legislação, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.



I – Incorreto. O Mercado Cambial (Mercado de Câmbio) é o segmento do Mercado Financeiro em que se processam as operações com moedas estrangeiras. Em regra, o Mercado de Câmbio reúne os agentes que, com finalidades distintas, realizam transações com o exterior, abrangendo instituições financeiras, bancos centrais, investidores, operadores do comércio internacional etc.

No Brasil, o Mercado de Câmbio é normatizado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em atuação conjunta com a regulamentação complementar e fiscalização desempenhada pelo Banco Central – Bacen (Lei n. 4.595/1964):

Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

V – Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira;

XXXI – Baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive swaps, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

Art. 11. Compete ainda ao Banco Central da República do Brasil:

III – Atuar no sentido do funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior, inclusive os referentes aos Direitos Especiais de Saque, e separar os mercados de câmbio financeiro e comercial;

Portanto, o mercado de câmbio é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central (BCB) em conjunto com o Conselho Monetário Nacional (CMN).

II – Correto. O contrato de câmbio é marcado pela liberdade de pactuação, bilateralidade (o que não dispensa a contraparte da instituição financeira autorizada a operar no Mercado de Câmbio), e caracterizado como um instrumento particular, sendo vedada a alteração dos dados referentes às identidades do comprador ou do vendedor, ao valor em moeda nacional, à identificação da moeda estrangeira (código da moeda estrangeira) e à taxa de câmbio empregada.

Essa taxa é livremente negociada pelas partes interessadas, seja entre as instituições intervenientes do Mercado de Câmbio, seja entre estas e os próprios clientes. Não obstante, deverá observar os limites legais impostos à transação (Resolução BCB n. 277/2022):

Art. 15. As operações de câmbio podem ser contratadas para liquidação pronta ou futura e, no caso de operações interbancárias, para liquidação a termo, observado que:

I – nas operações para liquidação pronta ou futura, a taxa de câmbio deve refletir exclusivamente o preço da moeda negociada para a data da contratação da operação de câmbio, sendo facultada a pactuação de prêmio ou bonificação nas operações para liquidação futura;

II – nas operações para liquidação a termo, a taxa de câmbio é livremente pactuada entre as partes e deve espelhar o preço negociado da moeda estrangeira para a data da liquidação da operação de câmbio.

III – Correto. Neste sentido, dispõe o Banco Central (Site):

As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira, sem limitação de valor, desde que observada a legislação, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e a regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil.

Obs.: Importante! O Banco Central concentra informações sobre as transações para fins estatísticos e regulatórios. Não é exigida autorização prévia do BC para fazer qualquer operação de câmbio.

Apesar disso, pode haver restrições legais ou regulamentares para determinados tipos de operações. Por exemplo, relativamente à colocação de seguros no exterior, para as quais devem ser observadas as disposições dos órgãos e entidades responsáveis pela regulação do segmento segurador. Existe alguma restrição de valor em relação a operações de câmbio? Analisando a sequência formada (E - C - C), podemos assinalar como CORRETA a letra D.

Letra d.

030. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/2018) Se a taxa de câmbio estiver num patamar muito baixo, por exemplo, R\$ 2,00 por dólar americano, e o Banco Central desejar realizar uma intervenção para aproximar a taxa de R\$ 3,00, é preciso que a instituição:

- a) venda dólares no mercado de câmbio à vista;
- b) venda dólares no mercado de câmbio futuro;
- c) fique comprada num swap cambial reverso;
- d) fique comprada num swap cambial tradicional;
- e) realize a emissão de títulos cambiais no mercado.



A questão versa sobre o funcionamento do mercado cambial, especificamente acerca da definição da taxa de câmbio. Neste sentido, devemos ter em mente que tal definição dar-se-á a partir da interação entre os diversos agentes do mercado de câmbio, que poderão alternativamente demandar ou ofertar a moeda estrangeira. Caso a demanda supere a oferta, a taxa de câmbio (no caso o valor do dólar) deverá subir. Por outro lado, se a oferta estiver superior à demanda por divisas estrangeiras, a taxa de câmbio deverá diminuir.

No caso trazido pela questão, o Banco Central (BCB) entende que a taxa de câmbio está muito baixa e empregará os mecanismos disponíveis para elevar a taxa de câmbio. Devemos nos atentar que existem vários instrumentos disponíveis para o BCB intervir no mercado de câmbio (não se restringindo à compra e venda física de divisas). Vamos analisar as alternativas disponíveis para encontrar a alternativa correta, que deverá indicar o procedimento correto a ser adotado pelo Banco Central para que o valor do dólar suba:

- a) Errada. A venda de dólares no mercado de câmbio à vista aumenta a oferta de moeda estrangeira disponível, e, como em todo o mercado em que há mais agentes vendendo do que agentes comprando um determinado bem, o preço desse bem deve diminuir até que a oferta e a demanda desse bem se equivalham.

b) Errada. O valor do dólar futuro (dólar no mercado de câmbio futuro) acompanhada de modo bastante próximo o valor da moeda estrangeira no mercado à vista, de modo que atuação dos agentes nesse mercado é a mesma da alternativa anterior. Nesta direção, a entrada do BCB vendendo dólares aumenta a oferta de divisas estrangeiras, forçando uma queda na taxa de câmbio.

c) Certa. O swap, genericamente falando, consiste em um contrato de troca de indexadores. Nesse sentido, um swap cambial tradicional é um produto financeiro em que o comprador assume busca desfazer-se de indexação cambial, transferindo este indexador à sua contraparte e assumindo uma indexação diferente (por exemplo, vinculada à taxa de juros). No caso do swap cambial reverso, é exatamente o oposto, ou seja, o comprador de um swap cambial reverso está assumindo um indexador cambial para seu contrato. A compra de um swap cambial reverso equivale, assim, à compra de dólares no mercado, procedimento indicado para a elevação da taxa de câmbio.

d) Errada. Conforme exposto acima, o swap cambial tradicional é um produto financeiro em que o comprador assume busca desfazer-se de indexação cambial, transferindo este indexador à sua contraparte e assumindo uma indexação diferente. Tal movimento equivale a uma venda de dólares no mercado, forçando uma queda na taxa de câmbio.

e) Errada. A emissão de títulos cambiais (assim como a venda, por parte do Banco Central, de títulos cambiais em carteira por parte do BCB) equivale a uma oferta (venda) de dólares no mercado, pois atende à demanda daqueles que necessitam de ativos indexados à variação cambial. Neste sentido, a emissão de títulos cambiais tende a reduzir a taxa de câmbio.

Letra c.

031. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/2018) O Banco Central possui autorização para realizar intervenções no mercado de câmbio e um dos instrumentos para tal consiste num acordo em que o Banco Central paga aos investidores os juros do período e recebe em troca a variação da taxa de câmbio.

Trata-se da seguinte operação:

- a) compra de dólar pronto;
- b) venda de dólar pronto;
- c) swap cambial reverso;
- d) swap cambial;
- e) venda futura de dólar.



A questão trata do mercado de câmbio, especificamente das diferentes alternativas que o Banco Central do Brasil – BCB possui para intervir no mercado cambial para atingir elevar

ou reduzir a taxa de câmbio, a depender de seus objetivos no momento. O importante é entendermos que os instrumentos de intervenção no mercado cambial não se limitam à compra e venda de dólar físico. Neste sentido, a questão busca o nome do instrumento que consiste num acordo em que o Banco Central paga aos investidores os juros do período e recebe em troca a variação da taxa de câmbio. Vamos analisar cada uma das alternativas:

a) Errada. A compra de dólar pronto consiste simplesmente na compra de dólar físico, à vista.

b) Errada. A venda de dólar pronto consiste simplesmente na venda de dólar físico, à vista.

c) Certa. O swap cambial reverso consiste em um contrato no qual o comprador está assumindo um indexador cambial, transferindo um indexador diferente para sua contraparte. A compra de um swap cambial reverso equivale, assim, à compra de dólares no mercado. A questão assume que o BCB está comprando tal ativo: neste sentido, a questão falha em não deixar explícito se o Banco Central está comprando ou vendendo o swap. Trata-se, de qualquer modo, do gabarito da questão, embora poder-se-ia pleitear a anulação da questão pela imprecisão citada, mormente porque o swap cambial tradicional, que será explicitado abaixo, tem a mesma função do swap reverso, apenas com os polos da relação trocados.

d) Errada. O swap cambial tradicional é um contrato em que o comprador busca desfazer-se de indexação cambial, transferindo este indexador à sua contraparte e assumindo uma indexação diferente. Assumindo, como na alternativa anterior, que o BCB está na ponta compradora da transação, trata-se exatamente do oposto do que o Banco Central está buscando, o BCB está querendo receber em troca a variação da taxa de câmbio, e não tentando transferi-la a outros.

e) Errada. O dólar futuro consiste em um derivativo em que você pode comprar ou vender (no caso, vende) dólar a um determinado preço em uma determinada data futura.

Letra c.

032. (FGV/TÉCNICO BANCÁRIO (BANESTES/2018) Acerca dos riscos ligados às chamadas criptomoedas ou moedas virtuais, o Banco Central do Brasil, em comunicado de novembro de 2017, alertou para questões relacionadas à conversibilidade e ao lastro de tais ativos, destacando que não é responsável por regular, autorizar ou supervisionar o seu uso.

Assim, é correto afirmar que seu valor:

- a) decorre da garantia de conversão em moedas soberanas;
- b) decorre da emissão e garantia por conta de autoridades monetárias;
- c) decorre de um lastro em ativos reais;
- d) é associado ao tamanho da base monetária;
- e) decorre exclusivamente da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor.



O comunicado ao qual a questão faz menção é o Comunicado n. 31.379, de 16/11/2017, por meio do qual o Banco Central alertou sobre os riscos decorrentes da guarda e negociação de criptomoedas. Vamos analisar as afirmações que as alternativas fazem acerca do fundamento do valor das criptomoedas:

a) Errada. Não há tal garantia, conforme o primeiro parágrafo do referido comunicado:

Considerando o crescente interesse dos agentes econômicos (sociedade e instituições) nas denominadas moedas virtuais, o Banco Central do Brasil alerta que estas não são emitidas nem garantidas por qualquer autoridade monetária, por isso não têm garantia de conversão para moedas soberanas, e tampouco são lastreadas em ativo real de qualquer espécie, ficando todo o risco com os detentores. Seu valor decorre exclusivamente da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor.

b) Errada. As autoridades monetárias não emitem nem garantem as criptomoedas, conforme o mesmo primeiro parágrafo do comunicado:

Considerando o crescente interesse dos agentes econômicos (sociedade e instituições) nas denominadas moedas virtuais, o Banco Central do Brasil alerta que estas não são emitidas nem garantidas por qualquer autoridade monetária, por isso não têm garantia de conversão para moedas soberanas, e tampouco são lastreadas em ativo real de qualquer espécie, ficando todo o risco com os detentores. Seu valor decorre exclusivamente da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor.

c) Errada. As criptomoedas não possuem lastro em ativos reais, conforme, novamente, o primeiro parágrafo do comunicado do Banco Central:

Considerando o crescente interesse dos agentes econômicos (sociedade e instituições) nas denominadas moedas virtuais, o Banco Central do Brasil alerta que estas não são emitidas nem garantidas por qualquer autoridade monetária, por isso não têm garantia de conversão para moedas soberanas, e tampouco são lastreadas em ativo real de qualquer espécie, ficando todo o risco com os detentores. Seu valor decorre exclusivamente da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor.

d) Errada. Não há qualquer relação entre o valor das criptomoedas e o tamanho da base monetária. Criptomoedas como o Bitcoin, por exemplo, tem regras de emissão próprias, embora seu valor apresente elevada volatilidade, fruto de movimentos especulatórios.

e) Certa. Está é, em sua literalidade, a afirmação feita pelo Banco Central ao final do primeiro parágrafo do comunicado:

Considerando o crescente interesse dos agentes econômicos (sociedade e instituições) nas denominadas moedas virtuais, o Banco Central do Brasil alerta que estas não são emitidas nem garantidas por qualquer autoridade monetária, por isso não têm garantia de conversão

para moedas soberanas, e tampouco são lastreadas em ativo real de qualquer espécie, ficando todo o risco com os detentores. Seu valor decorre exclusivamente da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor.

Letra e.

033. (IADES/ESCRITURÁRIO (BRB/2022) O mercado de câmbio no Brasil é regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e compete ao Banco Central do Brasil (BCB) monitorar e garantir o funcionamento regular desse mercado e o cumprimento da regulamentação. No que concerne ao mercado de câmbio, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando uma instituição autorizada a operar no mercado de câmbio que pratica as taxas de câmbio dólar (USD) para real de 5,15 (compra) e 5,25 (venda), um cliente terá o custo de R\$ 51.500,00 para a compra de 10.000 dólares (USD), além da tarifa operacional relativa ao contrato de câmbio.
- b) O BCB divulga diariamente as taxas PTAX, que devem ser divulgadas e praticadas pelas instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio junto aos respectivos clientes.
- c) A compra e a venda de moeda estrangeira podem ser exercidas tanto por pessoas físicas como por jurídicas, sem limitação de valor, desde que a contraparte seja agente autorizado a operar no mercado de câmbio e que observe a legalidade da transação, a fundamentação econômica, bem como o devido respaldo documental.
- d) As instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio estão aptas a receber ordem de pagamento em moeda estrangeira, em qualquer montante, para ingresso de recursos do exterior relacionados a transferências unilaterais correntes, de forma a realizar a conversão para reais de tais valores e direcionar esses recursos a pessoas naturais.
- e) Remessas de valores provenientes do exterior devem estar amparadas por documentação comprobatória, conforme formulário específico exigido pelo BCB.



A compra e a venda de moeda estrangeira podem ser exercidas tanto por pessoas físicas como por jurídicas, sem limitação de valor, desde que a contraparte seja agente autorizado a operar no mercado de câmbio e que observe a legalidade da transação, a fundamentação econômica, bem como o devido respaldo documental.

Letra c.

034. (IADES/TÉCNICO (IGEPPS) /ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/2018) Em um regime cambial de taxa de câmbio flutuante, no qual o preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira oscila livremente, o aumento das exportações acarreta, como consequência imediata, a (o)

- a) apreciação da moeda nacional.
- b) restrição da oferta de divisas.
- c) aumento das reservas internacionais do país.
- d) queda das importações.
- e) redução da dívida pública.



Versa a questão sobre regimes capitais, especificamente o regime cambial de taxa de câmbio flutuante (em que o preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira oscila livremente), questionando acerca da consequência imediata de um aumento das exportações no regime cambial citado. Analisemos individualmente as alternativas da questão:

- a) Certa. Em um regime de taxa de câmbio flutuante, um aumento das exportações (que são pagas em moeda estrangeira) faz com que a oferta de divisas aumente, o que, considerando uma quantidade fixa da moeda nacional, acarreta uma valorização (apreciação) da moeda nacional, uma vez que teremos uma quantidade maior de moeda estrangeira para trocar por uma mesma quantidade de moeda nacional.
- b) Errada. Conforme vimos na explicação da alternativa acima, um aumento das exportações ocasiona um aumento da oferta de divisas, e não uma restrição (diminuição) da oferta delas.
- c) Errada. Embora o aumento das reservas internacionais possa ser um efeito do aumento das exportações, este não é um efeito imediato, pois depende de atuação do Banco Central, a partir de um processo denominado “esterilização monetária”.
- d) Errada. Considerando que a taxa de câmbio oscila livremente, um aumento nas exportações não gera um aumento nas importações como consequência direta de sua ocorrência.
- e) Errada. A redução de dívida pública não pode ser considerada como consequência de um aumento das exportações, mesmo porque, em um processo de esterilização monetária, para evitar um aumento da base monetária em virtude da entrada líquida de divisas, o Banco Central vende títulos públicos, a aumentar o volume de dívida pública no mercado.

Letra a.

035. (IADES/ANALISTA (APEX) /PROSPECÇÃO DE PROJETOS/2018) A volatilidade da taxa de câmbio dificulta, para as empresas exportadoras e importadoras, a gestão dos respectivos recebimentos e pagamentos em moeda estrangeira. Uma das estratégias para a proteção contra a variação cambial chama-se

- a) CCR.
- b) hedge.
- c) Swift.

d) bid bond.

e) SML.



Caso tenhamos estudado investimento, saberemos que a estratégia mais indicada para a proteção (no caso, contra a variação cambial) de um ativo é o que denominamos hedge (ou hedging), que juntamente à especulação e à arbitragem constituem-se nas grandes estratégias de investimento existentes. A questão tenta confundir o respondente, trazendo como alternativas siglas ou nomes relacionados ao mercado financeiro, mas que não condizem como a resposta que buscamos. Verifiquemos individualmente as alternativas:

a) Errada. CCR é a sigla para Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, um acordo que possibilitou aos bancos centrais dos países signatários oferecer garantias que facilitassem o comércio exterior entre os países que componentes do convênio.

b) Errada. Como foi dito, o hedge é o instrumento de proteção por excelência, prestando-se a evitar/reduzir perdas decorrentes da variação dos preços dos ativos objeto do hedge.

c) Errada. SWIFT code (sigla de Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication code, ou código da Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais, na tradução para o português), consiste em um sistema (rede) de alcance global utilizado basicamente para o envio e recebimento de remessas financeiras internacionais.

d) Errada. O bid bond é uma garantia escrita, emitida por um agente financeiro, em nome de um fornecedor de bens ou prestador de serviços, para garantir um contrato internacional frente ao cliente.

e) Errada. SML, ou Sistema de Pagamentos em Moeda Local, consiste igualmente em um sistema de pagamentos que operacionaliza transferências financeiras internacionais.

Letra b.

036. (INSTITUTO AOCP/TÉCNICO BANCÁRIO III (BANESE) /INFORMÁTICA/DESENVOLVIMENTO (E MAIS 1 CONCURSO/2022) O mercado cambial pode ser definido como o segmento no qual ocorrem as operações de conversões de moeda nacional em estrangeiras e vice-versa. Nesse sentido, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I – A taxa de câmbio spot ocorre quando o pagamento da moeda estrangeira e a entrega de moeda nacional são realizados à vista.

II – O mercado de câmbio no Brasil encontra-se segmentado em mercado de câmbio de taxas livres e mercado de câmbio de taxas flutuantes.

III – O VET (Valor Efetivo Total) incorpora a taxa de câmbio, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e as tarifas incidentes na operação.

Estão corretas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.



I – Correta. A taxa de câmbio spot (ou mercado spot) é aquela que reporta operações financeiras de liquidez imediata, ou seja, negociações realizadas no mercado à vista. É a taxa liquidada no dia.

II – Correta. No mercado de câmbio de taxas livres, os agentes econômicos contratam livremente as taxas de compra e venda de moeda estrangeira, para pronta entrega ou entrega futura, a depender da negociação. Já no mercado de taxas flutuantes, o câmbio oscila conforme a oferta e demanda percebido pelo cenário econômico nacional, sem interferência da autoridade monetária.

Vale salientar o disposto pela legislação aplicada (Lei n. 14.286/2021): Art. 2º As operações no mercado de câmbio podem ser realizadas livremente, sem limitação de valor, observados a legislação, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e o regulamento a ser editado pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A taxa de câmbio é livremente pactuada entre as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio e entre as referidas instituições e seus clientes.

III – Correta. A sentença segue o disposto pelo Bacen:

O Valor Efetivo Total (VET) representa o custo de uma operação de câmbio em reais por moeda estrangeira, englobando a taxa de câmbio, as tarifas e tributos incidentes sobre essa operação.

Analisando a sequência formada (C – C – C), podemos assinalar como CORRETA a letra E.

Letra e.

037. (SELECON/ANALISTA DE PROJETOS NAVAIS (EMGEPRON) /ANALISTA TÉCNICO/ CONTRATOS/2021) Quanto ao mercado de câmbio, a hipótese que se refere ao mercado de câmbio primário é:

- a) operação com taxa pronta e futura
- b) operação com taxa de câmbio corrente
- c) operação entre os bancos e seus clientes
- d) operação entre os bancos e o Banco Central



No Mercado de Câmbio, existem diferenças atribuídas à origem das negociações. Nesse sentido, define-se como mercado primário aquele em que se processam as operações de

entrada e saída de divisas do país, configurando o recebimento ou a entrega de moeda estrangeira por clientes no Brasil. Já no mercado secundário, processam-se operações que não implicam a entrada ou saída de recursos do território nacional, havendo apenas transferência de titularidade no ambiente interno. O mercado primário é usualmente representado pelos operadores do comércio internacional, além de viajantes etc. O mercado secundário, por sua vez, é representado pelas instituições que operam no mercado interbancário nacional.

Letra c.

038. (SELECON/ANALISTA DE PROJETOS NAVAIS (EMGEPRON) /ANALISTA TÉCNICO/ CONTRATOS/2021) Acerca do mercado de câmbio, a modalidade de compra e venda a termo, na qual a transação é realizada com utilização de taxa de câmbio na data da contratação, mas com entrega em forward rate, é didaticamente chamada de:

- a) mercado de câmbio intermediário
- b) mercado de câmbio primário
- c) mercado de câmbio à vista
- d) mercado de câmbio futuro



O enunciado pede para assinalar a alternativa CORRETA.

As operações processadas no ambiente do mercado de câmbio podem ser divididas em 2 grandes grupos: câmbio pronto (à vista) e câmbio futuro.

No câmbio pronto, a operação (de compra ou venda de moeda estrangeira) é realizada à vista, promovendo o fluxo de caixa para pagamentos ou recebimentos do exterior. Este tipo de operação promove a minimização do risco de crédito inerente à operação e a competitividade entre taxas de conversão mais atrativas, contando com liquidação em até 2 dias úteis.

O câmbio futuro, por sua vez, assemelha-se a uma operação de hedge (proteção). Pelo câmbio futuro, o operador busca proteção frente a possíveis (ou previsíveis) variações na taxa de conversão, variação esta que poderá prejudicar seus negócios ou operações comerciais. Assim, o operador estabelece uma taxa de câmbio na data da contratação – taxa esta que será utilizada quando da liquidação do contrato (forward rate).

Pelo exposto, podemos verificar que a única sentença que atende ao disposto no enunciado é a letra D: mercado de câmbio futuro.

Letra d.

039. (FCC/ESCRITURÁRIO (BB) /AGENTE COMERCIAL/1/2011) No regime de câmbio flutuante, o Banco Central do Brasil atua no mercado de câmbio,

- a) nele intervindo com o objetivo de evitar oscilações bruscas nas cotações.
- b) desvalorizando a taxa de câmbio com o objetivo de reduzir o cupom cambial.
- c) determinando a taxa de câmbio com o objetivo de incentivar as exportações.
- d) fixando a taxa de câmbio com o objetivo de estimular captações externas.
- e) livremente, dentro da banda cambial por ele estabelecida e divulgada.



O regime de câmbio flutuante foi instituído em janeiro de 1999 pelo Banco Central do Brasil (BACEN), após o ataque especulativo que, nos meses anteriores provocou uma forte perda de reservas e levou o Brasil a pedir um socorro financeiro junto ao FMI. No modelo institucional brasileiro, o Banco Central consiste na instituição responsável pela definição do regime cambial, de suas metas e da sua gestão (ou seja, da política cambial). O novo regime cambial precedeu temporalmente a instituição do regime de metas de inflação, que ocorreu em junho de 1999. Adicionalmente, deve-se lembrar que as reservas internacionais pertencem à União (governo federal).

Sua administração é uma atribuição do BCB, de modo que os resultados contábeis (positivos ou negativos) associados à gestão cambial, convertem-se semestralmente em receitas ou despesas da União. Assim, apesar da precedência no tempo, o regime de câmbio flutuante, de atribuição do BCB, parece possuir um status institucional claramente inferior ao regime de metas de inflação – instituído por Decreto Presidencial e subordinado ao CMN no que diz respeito às metas e indicadores monitorados – no arranjo de política econômica vigente desde 1999, que também inclui como um dos seus pilares as metas de superávits primários. Duas informações adicionais reforçam essa hipótese: (i) por um lado, os documentos oficiais referentes ao regime de câmbio flutuante e sua gestão são escassos; (ii) por outro lado, os escassos documentos disponíveis, incluindo o Comunicado BACEN n. 6.565/99 que instituiu o regime de câmbio flutuante, não definem os objetivos macroeconômicos gerais desse regime.

Esse comunicado, por exemplo, define a meta a ser perseguida pela política cambial – a atenuação da volatilidade cambial de curto prazo –, mas não explicita o objetivo macroeconômico subjacente. Deste modo, tal meta pode estar subordinada a diferentes objetivos, não excludentes: o controle da inflação; a sustentação da competitividade externa; e a manutenção da estabilidade financeira. Neste sentido, correta a alternativa Letra A.

Letra a.

040. (FCC/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2011) No mercado de câmbio, estão autorizados a operar como agente

- a) as associações de poupança e empréstimo.

- b) as cooperativas de crédito.
- c) as empresas de arrendamento mercantil.
- d) as agências de fomento.
- e) os bancos múltiplos.



Conforme a Circular BACEN n. 3575, são agentes do mercado de câmbio:

- bancos (sob qualquer denominação) e a Caixa Econômica Federal;
- sociedades de crédito, financiamento e investimento, e agências de fomento;
- sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio; e
- agências de turismo (no que tange a operações de compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem relativos a viagens internacionais).

Assim, podemos verificar que tanto os bancos múltiplos quanto as agências de fomento, dentre as instituições elencadas nas alternativas, poderiam ser considerados agentes do mercado de câmbio. Contudo, na circular supracitada, o BACEN restringe a atuação das agências de fomento no mercado de câmbio apenas a operações específicas autorizadas pelo próprio Banco Central. E foi neste ponto que a banca organizadora do certame (FCC) baseou-se para considerar apenas a alternativa E como CORRETA. Na minha humilde opinião, contudo, a questão era passível de anulação. Mas, diga-se de passagem, o gabarito foi mantido.

Letra e.

041. (FCC/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2010) No mercado de câmbio no Brasil são realizadas operações

- a) no mercado à vista apenas por pessoa jurídica.
- b) pelos agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- c) dispensadas da regulamentação e fiscalização pelo Banco Central do Brasil.
- d) no segmento flutuante, relativas a importação e exportação de mercadorias e serviços.
- e) de troca de moeda nacional exclusivamente pelo dólar norte-americano ou vice-versa.



a) Errada. O BCB pode conceder autorização para a prática de operações no mercado de câmbio aos bancos de desenvolvimento, às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entre outras instituições. No Brasil, as operações de câmbio não podem ser praticadas livremente e devem ser conduzidas através de um estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio. Estão autorizados a operar no mercado de câmbio, de acordo com a Resolução 3.356 de 31/03/96:

- 1 - Bancos, em todas as operações previstas no mercado
 - 2 - Bancos de desenvolvimento, em certas operações específicas autorizadas
 - 3 - Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entre outras instituições
 - 4 - Agências de turismo
 - 5 - Meios de hospedagem de turismo, exclusivamente na compra.
- b) Certa. Pela afirmativa acima, verificamos que cabe ao BCB a autorização.
- c) Errada. São operações regulamentadas pelo BCB.
- d) Errada. Vale lembrar a questão da moeda em espécie que a afirmativa não aborda.
- e) Errada. Existem outras moedas disponíveis no mercado de câmbio.

Letra b.

042. (CEBRASPE (CESPE)/PERITO CRIMINAL FEDERAL/ÁREA 1/2018) Ante as recentes oscilações do preço do dólar norte-americano, afetando as operações de importação e exportação de mercadorias, o Banco Central do Brasil interveio no mercado, oferecendo operações de troca da variação do dólar pela variação da taxa DI.

Nessa situação hipotética,

o alvo da preocupação do Banco Central é a volatilidade do dólar medida pela PTAX.



Questão que versa sobre mercado cambial.

Está certo, pessoal!

O Banco Central realiza esta operação para amenizar a volatilidade do dólar.

Sabemos que a volatilidade do dólar causa incerteza e, ao fim, gera ineficiência econômica pode inibir transações e impedir um razoável planejamento mesmo que de curto prazo por parte dos agentes econômicos.

O PTAX (dólar PTAX) é uma taxa cambial calculada diariamente pelo Banco Central.

Ele a calcula através de uma média de taxas praticadas pelas instituições intermediárias do mercado aberto.

Certo.

043. (CEBRASPE (CESPE)/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPESP-EXE)/INVESTIMENTOS/"ANALISTA" (E MAIS 2 CONCURSOS/2016) Julgue o item subsequente, com relação à taxa de câmbio e aos regimes cambiais.

O Brasil adota limites de flutuação cambial fixados pelo Banco Central do Brasil conforme o fluxo de capitais externos.



O Banco Central executa a política cambial definida pelo Conselho Monetário Nacional. Para tanto, regulamenta o mercado de câmbio e autoriza as instituições que nele operam. Também compete ao Banco Central fiscalizar o referido mercado, podendo punir dirigentes e instituições mediante multas, suspensões e outras sanções previstas em lei. Além disso, o Banco Central pode atuar diretamente no mercado, comprando e vendendo moeda estrangeira de forma ocasional e limitada, com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio. A afirmativa está incorreta, pela própria definição encontrada no site do Banco Central. Contudo, a redação da questão está mal escrita.

Errado.

044. (CEBRASPE (CESPE)/ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ANALISTA SUPERIOR/FINANÇAS/2015) Julgue o item subsequente, relativo ao mercado de câmbio.

A partir da cotação do real frente ao dólar e da cotação do dólar frente ao peso mexicano, apura-se a taxa cruzada de câmbio do real em relação à moeda do México.



Cross Rate:

É a taxa de câmbio resultante das cotações de duas moedas, tendo como referência uma terceira moeda.

O uso desta opção não é permitido, quando moeda de referência ou cotada for Dólar dos EUA e quando a fonte de informação for Sisbacen.

Fonte: http://www.cetip.com.br/informacao_tecnica/regu...

Certo.

045. (CEBRASPE (CESPE)/ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ANALISTA SUPERIOR/FINANÇAS/2015) Julgue o item subsequente, relativo ao mercado de câmbio.

Considerando-se que o Banco Central (BCB) não renove os contratos de swaps cambiais a vencer, esses contratos deverão ser liquidados mediante a entrega física de moeda estrangeira pela autoridade monetária, com a correspondente redução das reservas internacionais brasileiras.



Atualmente, no Brasil, os dois instrumentos utilizados são as atuações no mercado à vista e as operações com swaps cambiais. As atuações no mercado à vista podem, teoricamente,

ser esterilizadas ou não. Quando há compra de moeda estrangeira pelo BCB, a esterilização é a operação com títulos públicos que promove o enxugamento da liquidez adicional em moeda nacional, decorrente dessa compra. Quando ocorre venda de moeda estrangeira pelo BCB, a esterilização é a injeção de liquidez em moeda nacional.

Em ambos os casos, ela decorre do fato de o BCB não querer, com a intervenção, praticar política monetária, o que ocorreria se não houvesse esterilização. Acontece que a esterilização diminui muito a eficácia das intervenções sobre o nível da taxa de câmbio, tanto em magnitude quanto em duração. Já as intervenções por swaps não envolvem entrega física de dólares, mas afetam o mercado cambial, uma vez que os preços de derivativos estão relacionados com o preço do ativo subjacente.

Errado.

046. (CEBRASPE (CESPE)/TÉCNICO BANCÁRIO NOVO (CEF)/ADMINISTRATIVA/2014) Acerca das características do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das operações nele realizadas, julgue o item a seguir.

O mercado brasileiro de câmbio é composto pelo mercado de câmbio de taxas flutuantes (turismo) e pelo mercado de câmbio de taxas livres (comercial), cada um com atribuições específicas, definidas pelo BCB.



Primeiramente, o mercado de câmbio é aquele que envolve a negociação de moedas estrangeiras e as pessoas interessadas em movimentar essas moedas.

No Brasil, as operações de câmbio não podem ser praticadas livremente e devem ser conduzidas através de um estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio. Estão autorizados a operar no mercado de câmbio, de acordo com a Resolução 3.356 de 31/03/96: O mercado de câmbio no Brasil, até 04/03/05 esteve oficialmente dividido em:

Mercado de Câmbio de taxas livres (dólar comercial)

Mercado de Câmbio de taxas flutuantes (dólar turismo)

Após esta data o CMN – Conselho Monetário Nacional oficializou a unificação dos mercados de câmbio de taxas livres e flutuantes. A mudança instituiu um único mercado de câmbio sujeito a um só conjunto de regras.

Errado.

047. (CEBRASPE (CESPE)/TÉCNICO BANCÁRIO NOVO (CEF)/ADMINISTRATIVA/2014) Acerca das características do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das operações nele realizadas, julgue o item a seguir.

O BCB pode conceder autorização para a prática de operações no mercado de câmbio aos bancos de desenvolvimento, às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entre outras instituições.



Primeiramente, o mercado de câmbio é aquele que envolve a negociação de moedas estrangeiras e as pessoas interessadas em movimentar essas moedas.

No Brasil, as operações de câmbio não podem ser praticadas livremente e devem ser conduzidas através de um estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio. Estão autorizados a operar no mercado de câmbio, de acordo com a Resolução 3.356 de 31/03/96:

- 1 – Bancos, em todas as operações previstas no mercado
- 2 – Bancos de desenvolvimento, em certas operações específicas autorizadas
- 3 – Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entre outras instituições
- 4 – Agências de turismo
- 5 – Meios de hospedagem de turismo, exclusivamente na compra.

Certo.

048. (CEBRASPE (CESPE)/ANALISTA LEGISLATIVO (CAM DEP)/ÁREA VII/CONSULTOR LEGISLATIVO/2014) No que se refere à estrutura, à regulação e à fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, bem como à sua evolução recente, julgue o item a seguir.

Os títulos cambiais de emissão de instituições financeiras, caso distribuídos publicamente, devem ser subordinados às normas e condições estabelecidas pela comissão de valores mobiliários.



Primeiramente, o mercado de câmbio é aquele que envolve a negociação de moedas estrangeiras e as pessoas interessadas em movimentar essas moedas.

No Brasil, as operações de câmbio não podem ser praticadas livremente e devem ser conduzidas através de um estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio. Estão autorizados a operar no mercado de câmbio, de acordo com a Resolução 3.356 de 31/03/96:

- 1 – Bancos, em todas as operações previstas no mercado
- 2 – Bancos de desenvolvimento, em certas operações específicas autorizadas
- 3 – Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entre outras instituições
- 4 – Agências de turismo
- 5 – Meios de hospedagem de turismo, exclusivamente na compra

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, autorizadas a operar no mercado de câmbio, podem dar curso, por meio de banco

autorizado a operar no mercado de câmbio, a transferências para o exterior em moeda nacional e em moeda estrangeira de interesse de pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País.

Afirmativa incorreta no que se refere a CVM na verdade é o Banco Central que detêm tal papel acima.

Errado.

049. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2009) As sociedades corretoras de câmbio podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Na denominação social das sociedades corretoras de câmbio, deve, obrigatoriamente, constar a expressão Corretora de câmbio. Acerca das corretoras de câmbio, julgue o item a seguir.

As sociedades corretoras de câmbio têm por objeto social exclusivamente a intermediação em operações de câmbio, não contemplando, portanto, a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes.



De acordo com a resolução CMN 1.770/90, as Sociedades Corretoras de Câmbio tem por objeto exclusivo a intermediação de operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes.

Errado.

050. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

Atualmente, o regime cambial adotado no país é o de regime livre, ou seja, não há um setor do governo que determina qual é a taxa oficial.



Em termos gerais, pode-se verificar que a informação procede, ou seja, o regime cambial adotado no país é o de regime livre, embora a flutuação da taxa de câmbio não ocorra de forma totalmente independente. Assim, o mais correto seria definir o regime cambial brasileiro como de flutuação suja, onde a taxa de câmbio está sujeita a intervenções das autoridades monetárias, requerendo neste sentido a compra e venda de divisas pelo Banco Central, para direcionamento das cotações dentro de parâmetros determinados. Assim, embora o gabarito possa eventualmente merecer reparos, a afirmativa está CORRETA.

Certo.

051. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/1/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

Mercado de câmbio é o ambiente físico onde se realizam as operações de câmbio entre os próprios agentes autorizados pelo BACEN (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) e entre eles e seus clientes.



A afirmativa está “praticamente” certa, mas deve ser considerada INCORRETA devido à introdução da palavra físico no conceito de mercado de câmbio. Conforme o próprio conceito utilizado pelo Banco Central

... mercado de câmbio é o ambiente onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central e entre estes e seus clientes, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

Errado.

052. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

As pessoas físicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, desde que observada a legalidade da transação.



A partir de alterações comandadas na década passada, como a Resolução CMN n. 3.265/05, pessoas físicas e jurídicas puderam passar a comprar e vender moeda estrangeira de qualquer natureza sem limite de valor (até então, compras acima de R\$ 10 mil tinham de ser justificadas ao Banco Central) com identificação do remetente e do beneficiário. Ficaram proibidas, contudo, as transferências em nome de terceiros. Deste modo, a afirmativa constante da questão pode ser considerada CORRETA.

Segue abaixo, apenas para conhecimento, o art. 8º da Resolução CMN 3.568/08, que veio a substituir a resolução supracitada, abordando o mesmo assunto (mercado de câmbio):

Art. 8º As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, sendo contraparte na operação agente autorizado a operar no mercado de câmbio, observada a legalidade da transação, tendo como base a fundamentação econômica e as responsabilidades definidas na respectiva documentação.

§ 1º O disposto no caput compreende as compras e as vendas de moeda estrangeira, por pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no País, para fins de constituição de disponibilidades no exterior e do seu retorno.

Certo.

053. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/2/2007) Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Política cambial é o conjunto de leis, regulamentos e ações do setor privado que influem no comportamento do mercado de câmbio e da taxa de câmbio.



Política cambial é o conjunto de leis, regulamentos e ações do SETOR PÚBLICO (principalmente o Banco Central) que influem no comportamento do mercado de câmbio e da taxa de câmbio. Questão fácil, de resolução direta. Cuidado com leituras apressadas: nos fazem perder pontos preciosos na hora da prova. Conforme demonstrado acima, afirmativa INCORRETA.

Errado.

054. (CEBRASPE (CESPE)/ESCRITURÁRIO (BB)/AGENTE COMERCIAL/3/2007) O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item que se segue.

A taxa de câmbio mede o valor externo da moeda, fornecendo uma relação direta entre os preços domésticos das mercadorias e fatores produtivos e desses preços nos demais países.



Em economia a paridade do poder de compra (PPC) ou paridade do poder aquisitivo (PPA), é um método alternativo à taxa de câmbio para se calcular o poder de compra de dois países. A PPC mede o quanto uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente dólar), já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro, ou seja, relaciona o poder aquisitivo de tal pessoa com o custo de vida do local, se ele consegue comprar tudo que necessita com seu salário.

A PPC é necessária porque a comparação dos produtos internos brutos (PIB) em uma moeda comum não descreve com precisão as diferenças em prosperidade material. A PPC, ao revés, leva em conta tanto as diferenças de rendimentos como também as diferenças no custo de vida. Isto é complicado porque os preços não flutuam num nível uniforme; na verdade, a diferença nos preços dos alimentos pode ser maior que a dos preços de habitação ou a dos preços de entretenimento. Ademais, os padrões de compra e até mesmo os bens disponíveis para compra são diferentes de país para país, portanto uma cesta constante de bens não pode ser utilizada para comparar preços em diferentes países.

Certo.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. São Paulo: Ed. Atlas, 2015.

ALVARENGA, D. Caixa já pratica juros de mercado no crédito imobiliário; compare as taxas dos bancos para a casa própria. Economia. G1. 08 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/08/caixa-ja-pratica-juros-de-mercado-no-credito-imobiliario-compare-as-taxas-dos-bancos-para-a-casa-propria.ghtml>

Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional e Relatório de Estabilidade Financeira no Brasil. YouTube, nov, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SCDGbxmCpuc> Acesso em: 15 de julho de 2019.

Banco Central do Brasil. Hot Money. Banco Central, Brasília [201-a]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww4.bcb.gov.br%2Fglossario.asp%3FDefinicao%3D603%26idioma%3DP%26idpai%3DGLOSSARIO> Acesso em: 15 de julho de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Secretaria do CMN. Acesso à Informação do BC. Brasília, [201-b] Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/cmn> Acesso em: 15 jul. 2019

BNDES divulga no site 50 maiores tomadores de recursos e facilita navegação do usuário. Notícias. BNDES. Brasília, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-divulga-no-site-50-maiores-tomadores-de-recursos-e-facilita-navegacao-do-usuario> Acesso em: 16 jul. 2019.

BRITO, Osias. Mercado financeiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

